



ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

# DIÁRIO

## DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 08 de Fevereiro de 2017

Edição 2460 | Páginas: 24

7ª LEGISLATURA | 52º PERÍODO LEGISLATIVO

### MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

**CORONEL CHAGAS**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**NALDO DA LOTERIA**  
1º SECRETÁRIO

**DHIEGO COELHO**  
3º SECRETÁRIO

**JÂNIO XINGÚ**  
2º VICE-PRESIDENTE

**MARCELO CABRAL**  
2º SECRETÁRIO

**IZAIAS MAIA**  
4º SECRETÁRIO

**FRANCISCO MOZART**  
3º VICE-PRESIDENTE

**MASAMY EDA**  
CORREGEDOR GERAL

**JORGE EVERTON**  
OUVIDOR GERAL

### COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 039/2016

DEPUTADO JALSER RENIER (SD) - Presidente

**CORONEL CHAGAS (PRTB)**

**CHICO MOZART (PRP)**

**ODILON FILHO (PEN)**

**AURELINA MEDEIROS (PTN)**

**MARCELO CABRAL (PMDB)**

**JOAQUIM RUIZ (PTN)**

**NALDO DA LOTERIA (PSB)**

**BRITO BEZERRA (PP)**

**FLAMARION PORTELA (PSC)**

**ANGELA ÁGUIDA PORTELA (PSC)**

**MECIAS DE JESUS (PRB)**

**GABRIEL PINÇAÇO (PRB)**

**SOLDADO SAMPAIO (PC DO B)**

EXPEDIENTE

#### GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

E-mail: [docgeralale@gmail.com](mailto:docgeralale@gmail.com)

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

**Gerente de Documentação Geral**

CARLOS EBER MONTEIRO COSTA

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

**Diagramação**

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme *Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015*, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

### ATOS LEGISLATIVOS

#### - Das Comissões

Atas da Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira e Controle 02

### ATOS ADMINISTRATIVOS

#### - Superintendência Administrativa

Errata da Resolução nº 029/2017 15

Resoluções nº 055 a 057/2017 15

CPL - Pregão Presencial SRP nº 003/2017 - Processo nº

00105/ALE/2016 - Comunicado 15

#### - Superintendência de Gestão de Pessoas

Resoluções Nº 1043 a 1103/2017 16

SUMÁRIO

**SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA**
**DAS COMISSÕES**
**COMISSÃO EM CONJUNTO: ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA  
 E SERVIÇOS PÚBLICOS E ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO  
 FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.**

 REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM  
 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Ao cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas e cinquenta e nove minutos,, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, nesta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente a Comissão em Conjunto: Administração, Segurança e serviços Públicos e de Orçamento Fiscalização Financeira Tributação e Controle, sob a Presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas. Presentes os Senhores Deputados, Aurelina Medeiros, Izaias Maia, Marcelo Cabral, Soldado Sampaio, Zé Galeto, Odilon filho, Valdenir Ferreira. Ausente o Senhor Deputado Jânio Xingú e Jorge Everton.

**Abertura:** Havendo “quórum” regimental, o Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Soldado Sampaio requereu a dispensa da leitura da mesma, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido à distribuição de cópias com antecedência a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovado na Comissão. **Expediente.** Não há. **Ordem do dia: Projeto de Lei nº 089/16,** de autoria Governamental que, “Dispõe sobre a unificação das taxas e serviços do departamento Estadual de trânsito de Roraima – DETRAN/RR, constante no item 3, do anexo único da Lei nº 059 de 29 de dezembro de 1993, Altera as Leis nº 795 de 30 de dezembro de 2010, Lei nº 883 de 28 de dezembro de 2012, cria e reformula outras taxas e serviços no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima – DETRAN e dá outras providências.” Relator Deputado Deputado Soldado Sampaio, Parecer favorável. Colocado em discussão, em votação, aprovado pelos membros presentes na Comissão. **Encerramento:** Às onze horas e doze minutos, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Débora Navarro de Sousa, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Dep. Coronel Chagas**  
 Presidente da Comissão

**ATA**
**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM  
 05 DE DEZEMBRO DE 2016**

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às quinze horas e quarenta minutos, no Plenário Valério Magalhães ( Plenarinho) desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão Mista de Orçamento Fiscalização Financeira Tributação e Controle, sob a Presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas. Presentes os Senhores Deputados Aurelina Medeiros, Flamarion Portela, George Melo, Izaias Maia, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Soldado Sampaio e Zé Galeto. Ausentes os Senhores Deputados Brito Bezerra, Chico Mozart, Evangelista Siqueira, Jânio Xingú, Mecias de Jesus, Odilon Filho e Valdenir Ferreira.

**ABERTURA DA REUNIÃO:** Vamos apenas abrir a Sessão e vamos todos descer, até para que possamos visualizar os slides que vão ser apresentados. Então apenas para efeito das formalidades para abertura da Sessão da reunião, solicito a secretária dessa Comissão que proceda a verificação de quórum regimental. Havendo quórum regimental, invocando a proteção de Deus declaro abertos os trabalhos desta Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle, e solicito a secretária dessa Comissão, que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

**DEPUTADO GEORGE MELO:** Senhor Presidente, tendo em vista que nós já temos conhecimento da Ata, peço a dispensa da leitura para que a gente possa evoluir para outras discussões.

**Presidente, DEPUTADO CORONEL CHAGAS:** Acato o requerimento de dispensa da leitura da Ata. Coloco a Ata em discussão. Em votação. Os Deputados que concordam com a Ata da reunião anterior, dessa Comissão, permaneçam como estão. Aprovada. Quero antes, de mais nada, dar nosso cordial boa tarde a todos os Deputados que se fazem presentes: Deputado Marcelo Cabral, Deputado Zé Galeto, Deputado Jorge Melo, Deputada Aurelina, Deputado Masamy, Deputado Gabriel Picanço, Deputado Isaias Maia, e cumprimento também, Deputado Flamarion Portela, e cumprimento também o senhor Secretário de Saúde,

e o Secretário de Planejamento, que vieram atendendo a convocação desta Comissão, para trazer mais algumas informações que foram levantadas no âmbito dessa Comissão, e em reuniões anteriores. Sejam todos bem-vindos! Também os representantes do Conselho Regional de Medicina de Roraima – CRM, aqui presentes, já que o assunto se refere a previsão orçamentária para 2017, para Secretaria de Saúde do Estado de Roraima. Então, nós comunicamos aos Deputados membros dessa Comissão, que essa reunião tem como objetivo receber o Secretário de Estado de Saúde, Dr César Ferreira Pena de Faria e o Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, Senhor Alexandre Alberto Henklain, para discutirmos o orçamento destinado à Pasta da Saúde. Informo, também, que foram convidados para participar dessa reunião, o Conselho Regional de Medicina e a Procuradoria Geral do Estado, que está se fazendo representar pelo Corregedor Geral. O objetivo dessa reunião é nós discutirmos o que foi levantado na última reunião da Comissão de Orçamento, no tocante a uma redução que aconteceu na previsão orçamentária para Secretaria de Estado da Saúde. Isso preocupou os Deputados da Comissão, razão pela qual foi deliberado pela convocação do Secretário de Saúde para expor aos Deputados, como vai proceder para cumprir com a sua missão constitucional de levar a saúde a todos cidadãos roraimenses, tendo em vista que houve uma redução considerável, se compararmos na previsão ao orçamento que está sendo executado nesse ano. Registro, também, a presença do Deputado Jorge Everton. Então, eu queria combinar com senhores Deputados, que nós passaríamos, de plano, a palavra para o Secretário de Saúde expor. Não sei como acertaram. O Secretário de Saúde, o Secretário de Planejamento. Será o Secretário de Saúde para fazer exposição? Então, o Doutor Senna fará a exposição, e logo em seguida nós vamos abrir para os senhores, para o CRM e depois nós abriríamos para os Deputados fazerem os questionamentos que acharem pertinentes. Então, com a palavra o Doutor Sena, Secretário de Estado da Saúde.

**Secretário de Estado de Saúde, DOUTOR CÉSAR PENA:** Cumprimento através do Deputado Marcelo Cabral os demais Deputados, cumprimento através da doutora Elana Faustino todos os médicos presente e através do doutor Aurélio Cantuária, cumprimento os demais presentes. Queria passar a palavra para o nosso técnico, o Nadson, que é técnico do planejamento, onde ele vai explicar essa questão do planejamento em relação às despesas empenhadas nos primeiros quadrimestres, sempre fazendo o comparativo entre 2015/2016. Ele vai falar os primeiros quatro slides, em seguida eu assumo a apresentação.

**Diretor de Planejamento, SENHOR NADSON SENA DA SILVA:** Boa tarde senhoras e senhores, na oportunidade cumprimento os senhores Deputados, Conselho Estadual de Saúde e demais representantes dessa casa Legislativa na pessoa da Comissão, que está analisando o orçamento para o ano de 2017. Nesse primeiro slide a nossa intenção é mostrar evolução das nossas despesas fazendo um comparativo do ano de 2015 com 2016. Primeiro slide faz um retrospecto 2015/2016 com relação os empenhos. Então aí você tem o primeiro quadrimestre como é que se deu a evolução, o segundo quadrimestre, o terceiro quadrimestre até outubro 2015 e até outubro 2016, na oportunidade em que a gente chegou em quatrocentos e setenta e oito milhões, novecentos e setenta e um mil, novecentos e trinta e oito e vinte e cinco reais no ano de 2015 e quatrocentos e sessenta e dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil, setecentos e vinte e quatro e noventa e oito reais. O segundo slide já nos mostra evolução dos pagamentos realizados na Secretaria, fazendo um comparativo com os dois últimos anos, nos anos de 2015 e 2016: noventa e oito milhões, cento e dez mil, cento e setenta e oito e trinta reais no primeiro quadrimestre e cento e vinte e oito milhões, novecentos e oitenta mil, oitocentos e cinquenta e cinco e noventa e três reais em comparação com primeiro quadrimestre de dois mil e dezesseis de tal forma que evoluímos até chegarmos a trezentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e sessenta e três e cinquenta e nove reais, até outubro de 2015 e a trezentos e vinte e seis milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, trinta e dois e setenta e nove reais até outubro de 2016. Aí nós temos a respeito do reconhecimento de dívidas do quanto foram os pagamentos realizados em cada ano: três milhões, trezentos e noventa e um mil, cento e sessenta e três e setenta e cinco reais no primeiro quadrimestre de 2015, vinte e três mil, cento e dezesseis mil, oitocentos e trinta e sete e setenta e dois no primeiro quadrimestre de 2016, treze milhões oitocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e oitenta e seis, e quarenta e oito reais no segundo quadrimestre de 2015, trinta e um milhões, noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis e vinte e três reais no segundo quadrimestre de 2016, quinze milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e vinte e oito reais no terceiro quadrimestre de 2015 e trinta e dois milhões, trezentos e trinta e seis mil, novecentos reais e quarenta e oito. É importante ressaltar que o disparate em relação ao ano anterior relativo ao reconhecimento de dívidas, deve-se ao Decreto da Governadora da contenção de despesa, o que corroborou

para que a gente não tivesse que sacrificar a saúde no momento em que o Governo mais estava precisando de recursos tendo em vista a queda de receita. Ai, nós temos o Demonstrativo da alocação orçamentária. A estrutura Programática da Saúde compõe o orçamento do Governo com quatro grandes programas: apoio administrativo, atenção integral à saúde, vigilância em saúde e gestão de política de saúde. O primeiro programa diz respeito ao apoio administrativo, o segundo compõe despesas de custeio da máquina em relação a setores finalísticos, assim como vigilância e último, somente o de Gestão. Dentro de cada Programa tem as ações de Governo que compõe a estrutura orçamentária. O primeiro programa que compõe o apoio administrativo as ações de Governo são: administração de recursos humanos, manutenção e conservação de bens imóveis, manutenção de serviços de transporte relativo a nossa frota, manutenção de serviços administrativos gerais e ações de informática, mais precisamente a questão da nossa internet. O programa mais importante da Saúde para viabilizar o custeio mínimo das nossas Unidades diz respeito ao Programa de atenção integral à Saúde, cujas ações do Governo são: fortalecimento da atenção básica, assistência especializada em saúde, atenção em urgência e emergência, assistência farmacêutica e insumos estratégicos, serviços complementares credenciados ao SUS, reforma de unidades de saúde, ampliação, aparelhamento e construção de Unidades de Saúde. Seguindo com a estrutura programática dentro do Programa, na vigilância em saúde há três grandes vertentes de atuação que são: vigilância epidemiológica, ambiental e sanitária dentro de duas grandes ações que é a vigilância epidemiológica ambiental e a vigilância sanitária. Todo nosso orçamento, é bom frisar ele executado dentro desses programas que são também planejados dentro dessas programas, são executados dentro das ações do orçamento e aí nós temos um último é um programa de gestão, que encerra esse contexto todo da estrutura, que fala sobre a regionalização e descentralização em saúde e a formulação implementação de políticas onde estão concentrados no Conselho de Saúde que trata das políticas da fiscalização em âmbito interno da Secretaria. Nesse ínterim já passo a palavra Excelentíssimo Senhor secretário Agora passo a palavra ao Secretário de Saúde, doutor César. Obrigado.

Secretário de Estado de Saúde, DOUTOR CÉSAR PENA: O orçamento Geral da Saúde, cujo teto orçamentário para 2017 é de quinhentos e quatro milhões, cinquenta e quatro mil, quinhentos e trinta e três reais. Anteriormente nos foi repassado um teto de quatrocentos e setenta milhões e após uma discussão com a Secretaria de Planejamento foi inserido mais trinta milhões. Então, hoje, o teto orçamentário para 2017 é de quinhentos e quatro milhões. Este teto orçamentário está dividido da seguinte maneira: está dividido com os recursos federais que são a fonte cento e sete. Este recurso federal tem a parte de Portarias, que dá em torno de dois milhões e cem mil, ou seja, desses oitenta e quatro milhões, praticamente vinte e quatro a vinte e cinco milhões são de Portarias, ou seja, não posso gastar com o custeio da máquina do jeito que quero, tem que se gastar de acordo com a destinação final da Portaria. Destes oitenta e quatro milhões, sessenta milhões que é para custeio da máquina, de forma mais aberta, mais livre para que se gaste. Do total da fonte 109, eu tenho trezentos e trinta e cinco milhões, setecentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e na fonte 100, 101 e 102 foi alocado pela SEPLAN, oitenta e três milhões, quinhentos e dezessete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais, que dá o total de quinhentos e quatro milhões. Pode passar Nadson. Esses valores foram divididos da seguinte maneira: Apoio Administrativo, relacionado à folha, cento e sessenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, para a Atenção Integral à Saúde, trezentos e vinte e nove milhões, seiscentos e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais, para a Vigilância em Saúde, três milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais e Gestão da Política de Saúde que é um milhão, trezentos e quarenta e nove mil, e quinhentos reais. Essas ações do Programa são divididas da seguinte maneira: o Programa de Apoio Administrativo que é administração de recursos humanos deu cento e vinte e nove milhões quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte reais que só compreendem seis meses de folha de pagamento Só pagam a folha de pagamento até junho. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis: vinte e cinco milhões, quinhentos e dois mil, trezentos e setenta e seis reais; Manutenção de Serviços Administrativos Gerais: quatro milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais Manutenção de Serviço de Transporte: nove milhões, quinhentos e vinte e seis mil, cento e setenta e seis reais e Ações de Informática: quinhentos e quarenta mil reais. Todos sabemos que a prioridade é a Saúde como um todo. Não adianta eu ter o servidor pago e não ter os meios para que ele desempenhe sua função. Na medida em que fizemos isso, é porque queríamos trazer essa discussão aqui para a Assembleia, queríamos pedir o apoio desta Casa para que analise

junto conosco, este déficit orçamentário da Secretaria de Saúde que vem se arrastando há anos, há mais de dez anos. Não existe nenhum Estado no Brasil, hoje, que aplique doze por cento do recurso em Saúde. Temos Estados do Norte, como o Amazonas que ano passado aplicou vinte e três por cento e este ano deve fechar dezoito por cento. Temos exemplo da Prefeitura Municipal de Boa Vista, que tinha um orçamento de oitenta milhões e este ano a Prefeitura aprovou cento e noventa milhões para Saúde, sai da casa de quinze por cento e esse ano aprovou dezoito por cento. Conversando com o Secretário ele me disse tem uma folga de quase um por cento no orçamento para fazer algum investimento que se ache necessário durante o tempo. Não estamos dizendo que pessoal é mais ou menos importante que medicamento. Estamos chamando atenção para um problema que vem se arrastando por vários anos. As Ações relacionadas a Ação Integral à Saúde são divididas em Fortalecimento da Atenção Básica: quatro milhões, quatrocentos e trinta mil; Assistência Especializada em Saúde: cento e setenta e sete milhões, setecentos e seis mil, quatrocentos e trinta e nove reais; Atenção em Urgência e Emergência: setenta e quatro milhões cento e sessenta e um mil, trezentos e sessenta e sete, Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, quarenta milhões, quatrocentos e cinco mil, quinhentos e oitenta reais. Para se ter uma ideia, quarenta milhões que fala aqui, esta relacionada a material médico hospitalar e medicamentos. Este ano conseguimos pagar quatorze milhões, ou seja, nós temos uma necessidade de quarenta, mas só conseguimos pagar quatorze. Então assim, a problemática é grave, a situação é muito grave da Saúde, não só aqui, como em outros Estados onde se vê que a situação da saúde é muito parecida em todos os Estados. Mas o grande problema da Saúde, hoje, se chama subfinanciamento da Saúde. A Construção de Unidades de Saúde, Aparelhamento das Unidades de Saúde e Ampliação de Unidades de Saúde nós não estamos colocando esses recursos que são em torno de oito milhões de reais para fazer novos investimentos. Nós estamos colocando estes recursos para complementar as Emendas dos Deputados Federais que foram alocadas na secretaria de Saúde e para que elas sejam executadas elas precisam de uma complementação Estadual. Então assim, estes oito milhões significam praticamente mais de quarenta milhões de investimento, ou seja, é uma média de um para cinco. Então estes oito milhões estão entrando para que estas emendas parlamentares consigam ser concretizadas. As Ações de Governo em Vigilância em Saúde: A Vigilância Epidemiológica e Ambiental, dois milhões, quatrocentos e um mil, setecentos e noventa reais e a Vigilância Sanitária, hum milhão, cinquenta e seis mil, cento e noventa e quatro reais. A Regionalização e Descentralização da Saúde, cento e trinta mil reais e a Formulação e Implementação da Política de Saúde, hum milhão, duzentos e dezenove mil e quinhentos reais. Esses valores praticamente se mantêm em relação aos do ano passado. Se formos pegar o PAT de 2016 e compararmos ao PAT de 2017, vamos ver que temos os mesmos valores. A Secretaria de Saúde em 2016 assumiu uma dívida de sessenta e nove milhões de reais. Hoje a nossa dívida atual é de cinquenta e sete milhões de reais. Mesmo com esse déficit financeiro nós, ainda, conseguimos diminuir a dívida porque estamos sacrificando e muito a atividade fim da Secretaria, que é a assistência ao paciente e isso não é correto. O paciente num momento de saúde, ele quer que resolvam o problema dele. Em Roraima noventa e quatro por cento da população só tem o SUS. Apenas seis por cento da população tem plano de saúde. Aqui é um Estado totalmente ... Minas Gerais, quarenta e sete por cento de plano de saúde. Roraima tem seis por cento, ou seja, noventa e quatro por cento da população vai procurar os hospitais públicos. E hoje nós somos dois. Somos Roraima e Venezuela. Não tem como analisarmos um venezuelano e dizermos para ele voltar para casa. Ele é um ser humano e pelo SUS dá o direito igualitário para ele também. Então, hoje, temos praticamente dois Estados para atendermos. Pegamos uma dívida de sessenta e seis milhões, nós temos um déficit mensal que é em torno de quinze milhões mens. Então essa alocação de recurso foi propositiva, não foi uma escolha, ela foi um decisão pra que essa Casa tome mais conhecimento dessa problemática e nos ajudasse a achar uma solução. A nossa despesa na Secretaria de saúde se divide da seguinte forma: esse quadro é uma despesa mensal. Temos uma despesa com Efetivos de dezoito milhões quinhentos mil; Comissionados, hum milhão e oitocentos mil reais; de médicos, nove milhões e seiscentos mil; Terceirizados, três milhões e setecentos; Despesa de Custeio hospitalar, doze milhões e setecentos; Prestadores Privados do SUS, dois milhões. Prestadores do SUS entram todas as clínicas privadas que prestam serviços e são serviços de boa qualidade aos usuários do SUS. Desculpa, Deputado, não ouvi. Comissionado é hum milhão e oitocentos e Despesas Essenciais Administrativas como água, luz, telefone e afins, três milhões. Dá um total de cinquenta e um milhões e trezentos mil reais. Quería frisar que no primeiro quadrimestre, quando fiz a prestação de conta, essas despesas davam cinquenta e três milhões. Essas despesas reduziram em relação a



2016, porque fizemos um corte de vinte por cento em todas as terceirizadas, nós revisamos algumas gratificações e também diminuimos e muito a questão de energia, a questão de água, de manutenção de veículo e combustível com o sistema eco frota. Isso foi um ganho para a Secretaria de quase oitocentos mil mês, só nessas quatro despesas. Então nossa despesa atual dá cinquenta e um milhões e trezentos mil reais. A receita estimada para nós, no começo era de quatrocentos e cinquenta e seis. Pode passar, Nadson. A SEPLAN conseguiu trinta milhões e esse teto estimado nosso, foi para quinhentos e quatro milhões. Ou seja, nos resta um déficit financeiro de cento e trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos e sessenta e sete reais. Esse déficit dá praticamente quase dez milhões mês. Quando calculamos dez milhões mês, ele equivale quase seis meses da folha de pagamento da Secretaria de Saúde. Queria frisar também, que a Secretaria de Saúde no ano de 2016, assumiu sessenta e seis milhões de dívidas. Desse sessenta e seis milhões, pagamos trinta e dois milhões. Pagamos oitocentos e cinquenta e quatro mil reais praticamente que são de dívidas de exercícios anteriores. Muito pouco. Esse passivo foi herdado por causa desse déficit mensal. Se não corrigirmos isso, vai virar uma "bola de neve". Não tem como resolver esta situação, a não ser que haja uma melhora do financiamento da Saúde. O que nós vislumbramos é a mesma coisa que os Estados do Norte vislumbram, a mesma coisa que a Prefeitura de Boa Vista fez. É que haja uma conscientização em relação à saúde. Que esse problema seja encarado de maneira real. Não adianta tirar orçamento de pessoal e colocar em custeio e de custeio e colocar em pessoal. O problema vai continuar existindo por causa do subfinanciamento que existe na saúde. Este gráfico talvez seja o gráfico mais importante para mim, pois mostra qual o percentual gasto na Secretaria de Saúde nos últimos anos. Se olharmos o ano de 2014, vamos ver que gastamos o percentual de doze ponto dois, só que houve um problema orçamentário da casa de quase sessenta milhões, né, Nadson? Se somarmos esses sessenta milhões a esses doze por cento, vai dar quatorze por cento. Em nenhum momento da história de Roraima dos últimos cinco anos, se usou realmente na prática um orçamento de doze por cento. Ou se, está se aprovando um orçamento de doze por cento, que na prática ele não é usado. Se formos olhar 2013, dezessete por cento. Ser formos pegar a média da praticamente dezesseis por cento praticamente de média. Quando nós calculamos a nossa despesa de cinquenta e um milhões milhões, bate com os dezesseis a dezessete por cento do orçamento atual, ou seja, tudo o que vem ocorrendo nos últimos cinco anos, é o que nós estamos comprovando agora nesse ano. Então essa problemática trouxemos para cá, para que haja uma discussão, para que esta Casa nos ajude em relação a esse orçamento, porque se houver alguma prioridade no Governo em relação às áreas afins, acho que Saúde, Educação e Segurança elas tem um diferencial, não menosprezando as outras áreas. Então eu coloco aqui esses dados, que são bem contundentes, não há porque se aprovar um orçamento de doze por cento sendo que nos últimos cinco anos sempre se utiliza uma média de dezesseis por cento. Queria agradecer a palavra, me colocar à disposição para os questionamentos dos Deputados.

Senhor Presidente, DEPUTADO CORONEL CHAGAS: (inaudível)

Secretário de Saúde, DOUTOR CÉSAR PENA: Isso, isso mesmo.

Senhor Presidente, DEPUTADO CORONEL CHAGAS (inaudível)... para comparecer no âmbito desta Comissão na Assembleia para explanar se era possível, a Secretaria de Saúde fazer seu trabalho com o orçamento proposto pelo Executivo. Antes de passarmos às perguntas, vamos ouvir o Conselho Regional de Medicina - CRM, representante doutora Blenda, depois o Secretário de Planejamento e então abriremos para que os Deputados façam suas perguntas à autoridade que achar necessário. Antes de passar a palavra para a Doutora Blenda, quero registrar a presença da Deputada Lenir Rodrigues e dos Deputados Joaquim Ruiz e Soldado Sampaio. Com a palavra a Doutora Blenda, Presidente dom CRM.

Presidente do Conselho Regional de Medicina - CRM, DOUTORA BLENDA: Boa tarde a todos, obrigada ao Secretário pela apresentação. Queria frisar que neste teto orçamentário de 2017, no valor de quinhentos e quatro milhões, cinquenta e quatro mil, e quinhentos e trinta e três reais como ficou bem claro..., proposto pelo Secretário, não sei se os senhores puderam observar, dentro deste teto que o Secretário já nos coloca, que provavelmente vai ser deficitário e nós, enquanto Conselho Regional de Medicina e nossa representante no Conselho Estadual de Saúde, também, sabemos que será totalmente deficitário. É inadmissível. Estamos muito mal na saúde e vamos ficar muito pior em 2017. Além disso só está orçado digamos assim, até junho para a folha de pagamento. Aí pergunto aos Senhores: E de julho em diante? Mais uma vez o funcionalismo público vai pagar a conta? Os profissionais da saúde

, hoje, são os que por últimos recebem seus proventos. Isso estou falando de efetivos, quem dirá de cooperativados. Só para terem uma ideia, somente na semana passado os médicos cooperativados receberam seus salários de outubro. Então se este salário de novembro não for pago antes do dia trinta de dezembro e o dezembro até o dia cinco de janeiro, os médicos já perderam um mês de salário. Trabalharam, deram plantões nas Unidades, estão totalmente endividados e um mês de salário foi totalmente engolido. Isso que fique bem claro da Cooperativa. De fato, é claro que nós já estamos sempre trabalhando com treze, quatorze, quinze, na verdade numa média de dezesseis por cento. Nós clamamos aqui aos Secretários que realmente olhem com muito carinho. Que de fato saúde em primeiro lugar em minha opinião, em segundo educação e em terceiro segurança. Não dá para se pensar em menos. Temos que melhorar e eu sugiro até mais ainda do que o Secretário colocou falando em dezesseis, dezessete por cento. Realmente precisamos de mais. Claro que trabalhando com maior fiscalização, maior debate do que é prioridade e do que dá para deixar para depois. Saúde é muito difícil se deixar alguma coisa para depois, mas mesmo assim no que se tem de orçamento, discutir com todas as classes onde vai ser empregada cada verba com maior prioridade. Mas que fique bem nítido essa lacuna de seis meses de folha de pagamento que não está ainda neste teto de quinhentos milhões proposto para o teto de 2017. Obrigada.

~~Senhor presidente, DEPUTADO CORONEL CHAGAS: Convido, agora, então, após ouvir a doutora Blenda, representando o CRM, convido o Secretário de Planejamento, doutor Alexandre para fazer uso da palavra.~~

Secretário de Estado de Desenvolvimento e Planejamento, DOUTOR ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN: Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores Secretários, gestores e técnicos aqui presentes, nós precisamos num primeiro momento, compreendermos que a situação orçamentária do país e dos diversos Estados e de Roraima, em particular, é uma situação extremamente complexa. Temos vivenciado desde 2014 com agravamento em 2015 e 2016 uma situação extremamente difícil e infelizmente ao contrário ao que se poderia imaginar, a situação em 2017 do ponto de vista dos tributos federais em particular, que compõem o FPE, não deve melhorar. Para que os senhores e senhoras tenham uma ideia, havia uma previsão logo após o presidente Temer ter assumido, uma previsão de aumento no PIB para 2017 da ordem de um ponto, seis por cento. Bem recentemente houve uma revisão para um por cento (1%). E há alguns relatórios, que ainda não chegaram ao conhecimento do grande público em inglês do FMI, que preveem zero ponto cinco por cento de crescimento para 2017 e talvez não levem em consideração ainda, alguns impactos das políticas protecionistas que deverão ser adotados por diversos países, particularmente os Estados Unidos com o novo presidente eleito, o que deve impactar no comércio internacional e, portanto, influenciar muito o comportamento de países exportadores como é o Brasil. Então precisamos ter muita clareza de que teremos ainda durante alguns anos, uma situação econômica financeira bastante difícil no mundo e no Brasil em particular e que nos leva a uma primeira reflexão: se nós pretendemos resolver o problema do orçamento do País, dos Estados e dos Municípios, portanto não me refiro aqui exclusivamente a Roraima, primeiro precisamos compreender que estamos tratando de um problema estrutural. O setor público em função... nós já temos agora sete trimestre seguido de queda na economia. O setor público está relativamente grande em relação ao tamanho da economia, porque a economia vem caindo e o setor público como um todo, de alguma forma se precisa ajustar, precisa se acomodar ao tamanho da economia. E a tendência ao longo destes próximos anos, se não houver mudanças estruturais, na estrutura do orçamento público, seja da União, seja dos diversos Estados que nós tenhamos inclusive, um agravamento desta situação. Então a primeira reflexão é essa: precisamos efetivamente fazer mudança estruturais. Entendo e temos tratado com a Governadora, com diversos Secretários e conversávamos, hoje, no âmbito da Secretaria de Planejamento, de que o Executivo terá que fazer um esforço muito grande, muito além do que uma reforma administrativa pura e simples para que ele possa se ajustar a esta nova realidade. Então deverá buscar entendimento com os demais Poderes e neste caso, presidente, não me refiro especificamente a LOA 2017, me refiro a um grande pacto, a um grande entendimento que nos proporcione esta solução estrutural, para que não tenhamos que ano após anos tenhamos que debater aqui, soluções conjunturais para uma crise que é estrutural. Então vamos ter que no Executivo fazermos um esforço máximo e buscarmos os demais Poderes em conjunto com as forças vivas da sociedade civil organizada, com sindicatos, conselhos buscarmos soluções estruturais para um problema que é estrutural. Vamos ter que realmente reduzir a máquina pública, mas jamais em detrimento da eficiência dos serviços públicos e aí a começar pelos serviços de saúde, educação e segurança pública, nesta ordem, como foi colocado aqui pelos expositores que nos antecederam. Mas a gente não

tem e é essa tese que quero defender, não temos como defender a Saúde, essa parte mais importante do orçamento público, se não formos capazes de olhar para o todo. Se o orçamento como um todo estiver doente, presidente, não teremos como fazer com que aquela parte do orçamento relativo à Saúde possa funcionar bem. Temos que fazer com que o orçamento como um todo seja equacionado. E para isso, precisamos reconhecer que nesta crise profunda que estamos atravessando, precisamos de novos mecanismos, novos modelos de gestão que nos permitam fazer mais e melhor com menos. É inquestionável isso. O Brasil vai precisar aprender a fazer isso. Tenho impressão inclusive, que o Congresso Nacional vai estar apreciando neste próximo ano, algumas mudanças profundas, inclusive quanto a cláusulas constitucionais para que possamos nos adequar a esta nova condição que o país vivencia. Neste contexto de entendimento pleno da gravidade da situação, quando nos referimos, por exemplo, a novos modelos de gestão, sei que o tema é polêmico e comporta diversas análises, mas não podemos deixamos de pensar e a Governadora tem tratado deste assunto, o secretário de saúde tem tratado especificamente das parcerias público privadas, da oportunidade que organizações sociais ou outra modalidade de contratação possa vir a ser efetivada para que possamos viabilizar essa qualidade dos serviços públicos com menos recursos. O que não significa que numa ampla negociação e aí é fundamental que aqui na Casa do povo este assunto seja discutido, que possamos encontrar algumas alternativas para este financiamento. Fizemos alguns cálculos no âmbito do nosso projeto da Lei orçamentária anual para 2017, hoje estamos num patamar de quatorze ponto noventa e sete por cento. É claro que fica muito difícil manter determinados níveis de financiamento, quando o Estado se vê obrigado a fazer sua revisão de projeção de arrecadação, com FPE – Fundo de Participação dos Estados – em função destas receitas terem em princípios terem sido projetadas num determinado patamar e depois em função da mudança do cenário econômico termos sido obrigados a revê-las. Então o que temos, hoje, concretamente são limitações que nos foram impostas pela própria realidade orçamentária, numa condição em que saúde, educação e segurança, dentro das possibilidades e limitações, privilegiadas. Sendo que muitos serviços em outras áreas correm o risco de ficarem extremamente limitadas e os investimentos e infraestrutura que são fundamentais inclusive para o crescimento econômico, estarem praticamente num limite mínimo, o que é uma pena, porque investimento é fundamental, quando se pensa em dar a volta por cima e após alguns anos se ter gerado as condições para promover o crescimento econômico, que inclusive possibilite um maior financiamento dos serviços públicos. Gostaria ainda de ressaltar, que temos feito no âmbito do Governo uma discussão muito ampla no sentido de gerar um ambiente que seja favorável ao setor produtivo e muitas medidas de gestão e projetos tem sido concebidos e implementados para que gerado este novo ambiente, possamos ter um Estado com mais emprego, mais renda, mais empresas e mais produção e isso com certeza vai gerar resultados. O problema é compatibilizar o ritmo do crescimento econômico que será induzido pelo setor privado com a necessidade de fazer ajustes no setor público a curto prazo porque se o setor produtivo vai dar respostas em dois, três, quatro anos, nós precisamos de certa forma compatibilizar os gastos públicos com esta realidade de transição, até que tenhamos as respostas devidas do setor produtivo. Estamos hoje vivendo uma realidade em que estamos praticamente conseguindo dobrar a produção no ano. Isso vai gerar impactos bastantes interessantes na arrecadação de impostos, na geração de empregos, inclusive reduzindo as demandas sobre a assistência social, por exemplo, e sobre o próprio setor Saúde na medida em que a nossa sociedade tiver mais condições, inclusive de financiar os seus gastos. Mas há uma necessidade de uma compatibilização. Finalmente eu queria antes de passar a palavra ao nosso Secretário adjunto Enoque e ao nosso coordenador Geral de orçamento Nilson, que gostaria que complementassem aqui alguma informação de relevância estratégica, dizer que há muito que se pode fazer. Isso nós tratamos inclusive com o Presidente do Sindicato dos médicos, acerca de um mês e meio. E que pode gerar soluções. Nós queremos convidar inclusive a Assembleia Legislativa a fazer este debate também, ainda que não se gere respostas de curto prazo, ainda que não se possa dar uma solução para 2017. Sei que todos estão aqui extremamente preocupados com 2017, é justo, todos temos que nos preocupar com o pagamento de salários do segundo semestre, mas temos que buscar soluções também, repito, para resolver questões estruturais. Como o próprio secretário disse, Roraima é um caso atípico em que a Saúde pública tem que dá respostas numa proporção muito maior do que outros Estados brasileiros. A própria saúde privada responde por um percentual muito pequeno de atendimento a população em Roraima. E como o que se pode fazer neste contexto? Temos tido a oportunidade de conversar com nosso General Bonzini, há planos de um hospital militar. E aí, milhares de vidas poderão ser assumidas

por um hospital Militar que aqui se instale. Diminui um pouco a pressão no serviço público. Conversamos com o Reitor e temos a expectativa de que a Universidade possa nos dá uma resposta em relação a um hospital universitário, não é secretário, que também ajudaria muito, daria uma contribuição para reduzir essa pressão. Mas com financiamento pela própria universidade. Falo no sentido de recursos adicionais para financiamento, nesse sentido Deputado. Da mesma forma a perspectiva eventual de um hospital para atender as comunidades indígenas, não que o Estado deixe de fazê-lo, mas complementar o serviço prestado hoje pela SESAI que são insuficientes. Na verdade o Estado hoje se vê compelido a atender muito dessas demandas das comunidades indígenas e é preciso.... A Governadora tem feito gestão junto ao Governo Federal junto ao Presidente Temer, no sentido de que o Governo Federal reconheça a condição excepcional que esta sendo vivenciada hoje por Roraima, muito mais do que o Acre viveu em relação aos haitianos a situação que vivenciamos hoje em relação aos venezuelanos em que nos vemos compelidos a atender uma comunidade, hoje na ordem de trinta mil pessoas além daqueles casos mais graves que vem da Venezuela como também vem da Guiana. O Secretário de Saúde tem buscado soluções nesse sentido, mas é preciso que o Governo Federal reconheça que Roraima está prestando um serviço ao país. E que, portanto o país precisa ajudar a pagar essa conta da saúde em atendimento aos estrangeiros que tem que ser socorrido da mesma forma que nós. Estamos tratando de uma questão humanitária. Mas para que possamos atender essa questão humanitária adequadamente, precisamos de mais recursos. É preciso que a União tenha esta compreensão de que Roraima está prestando um serviço ao país, ao atender nossos irmãos venezuelanos e em menor medida os nossos irmãos guianenses. Enfim, é preciso que ao longo do tempo se busque compor soluções. É preciso que as prefeituras possam ao longo do tempo poder assumir a atenção básica em saúde de uma forma adequada. Na verdade boa parte do custo que acaba sendo assumido pelo Estado pelo fato dos municípios não conseguirem ainda a contento oferecer este serviço de atendimento básico, acabam comprometendo também a efetividade do serviço. O SUS prevê isso de forma muito clara. Há uma hierarquia de serviços públicos e é preciso que cada ente federado tenha capacidade para atender suas responsabilidades e prerrogativas. Então nós temos nessa atipicidade, que é a situação de Roraima, quer em relação ao setor privado, quer em relação aos estrangeiros, quer em relação a dependência muito forte dos recursos federais, num contexto de uma crise nacional, só gostaria de lembrar isso. Queria convidar aqui, que essa discussão que a Assembleia faz em relação à Saúde, que possamos fazer de forma mais ampla, mais abrangente em relação a soluções estruturais para o orçamento como um todo. Que possamos após toda essa discussão da LOA, pensar nos próximos cinco ou dez anos, numa revisão de tamanho do Executivo, assim como dos demais Poderes para que possamos nos ajustar a esta realidade e dar condição de investimento para que o Estado possa crescer e os serviços públicos possam mais adiante ser aperfeiçoados. Mas reitero tudo isso, na compreensão que temos das preocupações imensas que o setor da saúde vivencia, expressas aqui pelo nosso Secretário, expressas pelos representantes da categoria de classe, para que busquemos soluções, as mais diversas possíveis, na composição do Executivo e dos demais Poderes, mas dentro das limitações e possibilidades que temos vivenciado. E observando, reitero a necessidade de novos modelos de gestão que nos deem mais eficiência e nos permitam fazer mais e melhor com menos. E quando necessário, fazermos mais ainda do que já fizemos em relação a privilegiar saúde, educação e segurança. Passo agora ao Secretário Enoque.

Secretário Adjunto de Desenvolvimento e Planejamento, Senhor ENOQUE ROSAS: Boa tarde a todos, cumprimentar os senhores Deputados, serei breve. Para complementar as palavras do Secretário, Doutor Alexandre. Quero explicar em relação aos percentuais mínimos constitucionais gastos com saúde. Entendemos que eles não são suficientes. É uma batalha que já vem há anos sendo discutida no âmbito federal e com as próprias categorias, com o setor... Poderia ter sido mais incisivo no ano de 2011, início de 2012 quando foi efetivada a Emenda Constitucional que efetivamente estabeleceu o mínimo de doze por cento já poderia ter ser discutido esse mínimo no âmbito ...na Constituição Federal. Perdeu-se uma oportunidade bastante grande de se adequar para uma melhor condição o setor de saúde.. Lógico que como o doutor César falou, se espera de um país que tem uma economia capitalista que parte desse serviço seja prestado pelo setor privado. Que ele consiga suprir e complementar essa condição, mas todos sabemos que aqui no Estado de Roraima não temos essa complementaridade, ela é mínima. Então fica a cargo do setor público dar essa condição à população, portanto com relação ao mínimo constitucional, o que estabelece a Constituição? Que os doze por cento sejam com base nos tributos de arrecadação estadual



e naquelas transferências que tem uma base tributária também. No caso de Roraima tem o IPI exportação que é um valor bem pequeno que é transferido para o Estado e o FPE que é o maior montante. A nível Estadual, calculado em cima do ICMS após a distribuição aos Municípios, IPVA após a distribuição para o Município, ITCDM e Imposto de Renda retido da pessoa física do servidores no caso. Fizemos um cálculo aqui, os doze por cento, como o Nadson falou, seria em torno de trezentos e trinta e cinco milhões, não é nem perto do suficiente. O Estado através das fontes cento e um do FPE e cem, complementa com mais oitenta e três milhões que daria em torno de dois e noventa e sete. Ficaria bem próximo somando os dois a quinze por cento, mas como podemos observar não é suficiente. Pela proposta que a Secretaria de Saúde encaminhou ao planejamento, próximo de quase cento e setenta milhões de déficit, seria uma necessidade maior. Em discussões até acaloradas, não é doutor César, Betânia com a equipe aqui da saúde ... deu pra cortar algumas despesas, mas ficou em torno de cento e trinta milhões. Isso aí oneraria quase cinco por cento a mais o gasto com saúde. Ou seja, seria próximo de quinze mais cinco, ficaria em torno de vinte por cento. Então se pergunta como é que teríamos condições de complementar? Somente de uma forma, cortando em algum lugar e como todos sabem e o doutor Alexandre foi bem prudente nessa situação, cada setor vê sua pasta como prioridade. A saúde, a educação vê com prioridade quer mais recuso, a área de segurança quer mais recurso, os demais Poderes tem suas demandas justas e querem mais recursos, a dívida pública demanda mais recurso, ano a ano cresce, entram novas parcelas de operação de crédito... a questão de precatório e aí por diante. O próprio setor produtivo, através das Secretarias vinculadas precisam de recursos para aplicar em investimentos. Para se atender um determinado setor, uma determinada demanda, terá que se cortar porque a receita tem um limite. Gostaríamos de atender a todos. Como já falei em outro momento aqui nesta Casa, com relação aos déficit que discutimos aqui com os Deputados, na Comissão, em torno de seiscentos milhões foram encaminhados na Mensagem Governamental. A nível Federal é bastante fácil, o Governo Federal apresentar essa questão do déficit. Ele apresenta em função de ser o ente federativo responsável pela emissão de moeda, pelos ajustes que controlam bancos. Tem diversas formas de ajustar, só que quando passa para os outros entes da federação, tem diversos acordos através de programas de ajustes fiscais, não se tem como apresentar. O próprio Governo Federal diz que não vai conceder operação de crédito, não vou repassar mais convênio, se você não fechar esta conta. Então não tem como orçamentariamente se pegar e dizer eu vou apresentar esse déficit aqui e vou empurrando com a barriga a despesa para frente. Infelizmente é obrigado a tentar de uma certa forma chegar a um denominador e não conseguimos chegar. Esses ajuste, infelizmente, vão ocorrendo durante a execução. Então isso é o que eu tenho a falar aos nobres Deputados. Estou a disposição de qualquer questionamento. Muito obrigado.

Senhor Relator, DEPUTADO MARCELO CABRAL: Boa tarde, caros Deputados e Deputadas presentes, Secretário de Saúde de Planejamento, CRM, Conselho de Saúde Estadual. Ouvindo atentamente cada discurso, cada apresentação da Saúde, esclarecimento do Secretário de Planejamento, tanto do titular quanto do adjunto, quero agradecer a presença de todos e abrir aqui às perguntas, fala e queria começar pelo Conselho Estadual de Saúde que pediu parte neste debate que foi aprovado semana passada na Comissão, para ter assento e perguntar e falar nesta Comissão Mista. Representante do Conselho Estadual. Fique a vontade com as perguntas ou esclarecimento. Obrigado.

Representante do Conselho Estadual De Saúde: DOUTORA ELANA FAUSTINO ALMEIDA: Boa tarde a todos. Eu e meu amigo conselheiro Gil... sou do conselho Regional de Medicina e do Conselho Estadual de Saúde e dentro do conselho a gente faz toda a parte de fiscalização, aprovação de relatórios, então trabalhamos com as dificuldades da Secretaria. Então foi realmente uma preocupação minha dentro do conselho Estadual, que foi levado para dentro do Conselho Regional de Medicina de onde surgiu essa solicitação dentro da Assembleia, a visualização desse orçamento tão apertado, diante de todos esses anos que estamos vivendo, todas essas dificuldades da Saúde. Porque dentro do Conselho nós temos todos os anos as reclamações de que falta material, falta medicamento, falta leito, falta acomodação para o paciente. Nós temos a expectativa de ampliação do Hospital Geral de Roraima -HGR, temos a expectativa de inauguração do Hospital das Clínicas, então nós deparamos com um orçamento que faz uma redução de quarenta por cento de pessoal. Porque que estamos batendo em pessoal? Porque o pessoal leva todo o resto do orçamento da saúde. Não adianta ter dinheiro programado para material médico hospitalar, para medicamento, para estruturação se não tem dinheiro para pessoal, porque obviamente o dinheiro de todas as outras áreas vão ser destinado para pessoal e nós vamos continuar com o sofrimento eterno do falta. Todos os dias que se chega dentro no hospital,

falta. Eu trabalho dentro de uma UTI neonatal onde tem bebês com menos de um quilo e todos os dias falta. Então quando nós falamos aqui, quando nós trouxemos essa preocupação do déficit de mais de quarenta por cento no orçamento de pessoal, a preocupação é com o todo. É que este déficit vai levar o recurso das outras áreas para o pessoal. Acho muito proveitoso que possamos estar aqui hoje discutindo, porque não adianta o Conselho Regional de Medicina estar em todos os municípios fiscalizando e dizendo que falta tudo, que falta estrutura, que falta medicamento, que falta material, mas nunca buscamos esta solução. Então viemos para dentro da Assembleia tentar buscar antes da aprovação do orçamento, buscar uma solução, porque esta aprovação hoje, é determinar que todos os problemas que nós temos, só vão se agravar durante 2017. Porque se vamos expandir serviços e vamos encolher recursos então nós estamos determinando o caos, a piora do sistema. De um sistema que pode atender qualquer um de nós hoje. Como já foi colocado aqui, o nosso sistema de saúde privado é um sistema que não atende nem quem pode, nem quem não pode, hoje, aqui dentro do Estado de Roraima. Gostaria que nós todos... as pessoas que tem autoridade para determinar, para buscar esta solução, que nós pudéssemos realmente encontrar uma forma de atender melhor a saúde e atender melhor a saúde não adianta pedir que o doutor César hoje faça um milagre com os quinhentos e quatro milhões e tire recurso de um canto para colocar em outro. Hoje atender melhor a saúde é injetar recurso neste orçamento que não consegue atender as nossas necessidades mínimas de uma prestação de serviço de saúde de qualidade.

Senhor Relator, DEPUTADO MARCELO CABRAL: Ouvindo a representante do Conselho Estadual de Saúde, explicações e pedido de apoio desta Comissão. Estamos vendo a real necessidade do compromisso desta Casa, desta Comissão Mista de vários Deputados e Deputadas presentes, que estão aqui no intuito de poder ajudar, ajudar a saúde de forma correta e a hora de debater é agora nesta Casa, antes de aprovar o orçamento. Estamos aqui para isso e abrindo o espaço para realmente para cada seguimento, para que cada um falar, explicar e pedir o apoio de todos, tanto dos Deputados, Deputadas, do Secretário de Saúde, que é da pasta, os adjuntos que estão aqui, o Secretário de Planejamento que está aqui presente com toda sua equipe técnica para achar solução, que vocês estão para executar, mas quem tem que achar é o planejamento junto com a equipe de governo achar uma solução para fomentar e melhorar a saúde do Estado de Roraima. Agora vou passar a palavra ao nosso corregedor que está aqui, Doutor Alberto.

Corregedor da Procuradoria Geral do Estado, DOUTOR AURÉLIO TADEU.: Boa tarde a todos, inicialmente dizer que estou aqui representando o Procurador Geral do Estado, que precisou se ausentar do Estado, em viagem. Muito grato. Na verdade como muito bem explicado pelo Secretário de Saúde, a nossa função é mais de acompanhar e aguardar o que vai ser encaminhado à Procuradoria para que o Procurador Geral possa se manifestar. As questões são mais técnicas orçamentárias e de gestão, então foge um pouco da área que nós atuamos, que é a área mais jurídica. A questão dos valores que são destinados ficam sempre na área de gestão. Gostaria só de agradecer o convite e dizer que a Procuradoria está a disposição para o que for necessário. Obrigado. Só para complementar, dentro da Corregedoria qual é a nossa função? É mais quanto aos controle das ações judiciais. Dentro do orçamento o que a Corregedoria poderia auxiliar, seria também para verificar no orçamento em relação às ações que são ajuizadas para fornecimento de medicamento, TFD e também em relação às ações de responsabilidade por onde o Estado, por vezes, não de responsabilidades, mas o medicamento quase em sua maioria o Estado é condenado. Então seria importante também dentro desse orçamento, fazer essa gestão para evitar essas ações que possam ser ajuizadas. Seria mais esse auxílio da Corregedoria. Por exemplo, para se ter ideia, no ano de 2014 houveram... praticamente o Estado foi condenado a quase dois milhões de reais e 2015 também teve esse mesmo percentual. Então só para verificar essa situação.

Senhor Relator, DEPUTADO MARCELO CABRAL: Agradeço ao doutor que falou para contribuir. Vamos abrir para falar pelo CRM, que tem um Conselho Político naquela Casa, não é Blenda? É isso? Abrir ao doutor Laerte para falar, explicar e depois abrimos para os Deputados, encerrando com o doutor Laerte, que prefere não usar o microfone pois tem um tom forte.

Representante do Conselho Político do CRM, DOUTOR LAERTE THOMÉ: (INAUDÍVEL) Decidiu não usar o microfone.

Senhor Presidente, DEPUTADO CORONEL CHAGAS: Bom, nós vamos dando prosseguimento. Abrir agora para os deputados que se inscreveram, na sequência Deputado Joaquim Ruiz, após, a deputada Aurelina, e, finalmente, Deputado Sampaio. Encerrando o relator do orçamento desse ano, Deputado Marcelo Cabral. Então, com a palavra o Deputado Joaquim Ruiz.

Senhor DEPUTADO JOAQUIM RUIZ: Não tenho eloquência do Doutor Tomé. Primeiro, senhores Secretários de Estado, eu esperava, meu amigo Secretário Adjunto do Planejamento e o Alexandre, que o Estado já começasse a se apresentar aqui algum enxugamento da máquina. Pelo menos foi o acordo que a Governadora fez com o Governo Federal. Eu tenho informação, acabei de receber aqui do GI, que o nosso Estado foi o melhor avaliado em termos financeiros do país. Está no GI. Quer dizer, há uma contradição nessas coisas. Mas, eu quero só um exemplo simples, de acordo com a orçamento que está aqui na Casa. Pelo que foi apresentado aqui, é mil reais, por ano, que o Estado está gastando com cada um cidadão. Novecentos e setenta e um, por ano, e para aquela bolsa do povo, mil cento e quarenta reais, tudo é social. Agora, Aurelina, o que é que se discute? A gente tem que priorizar. Por exemplo, não me justifica, vocês que são do Planejamento, olha vamos dizer uma coisa aqui para vocês, secretário, a estrutura burocrática da Secretaria de Saúde, a partir da gestão do Doutor Samir, ela subiu acentuadamente. Não subiu na área da ponta, de enfermeiro, de auxiliar de enfermagem. Nessa área ela não subiu, mas a parte burocrática é que viabiliza essa despesa fantástica com pessoal. Se você pegar o pessoal da ponta da Saúde, como o Doutor Tomé falou, eles não são a causa maior do peso de pessoal na estrutura da saúde. Isso precisa ser reavaliado. Um milhão e oitocentos, precisa ser reavaliado, em termos de cargos comissionados. Temos que ter coragem de fazer isso. O que precisa ser avaliado, secretário, não justifica. Temos a SEJUC para atender cinco presidios. Volta a ser a Secretaria de Segurança, quando o que existe na maioria dos Estados pequenos do nosso país. Não justifica. Somos o único Estado da região norte, Procurador, que tem duas Universidades Estaduais. Não justifica. Junta as duas. É o que a Aurelina tá colocando. Então, esse é o momento de nós termos coragem de discutir o orçamento do Estado, e fazer esse enxugamento que vai, olha, aí vai aquele negócio: Não, mas o Estado tem que aplicar doze por cento (12%). Espera aí gente. A lei diz que é o mínimo que tem que ser, obrigatoriamente, aplicado, como é na educação. Mas, se um Estado tiver competência de aplicar vinte por cento (20%) na saúde do povo, não está fazendo nenhum favor aqui para o povo não, porque é obrigação do Estado, saúde, educação e segurança. Então, vamos lá: Umvir e Universidade Estadual, Secretaria de articulação Municipal. Não articula coisa nenhuma. Começou do nada e vai a lugar nenhum. Secretarias extraordinárias. Tem uma que é até uma venezuelana, e quando nós fomos para Guiana, quem estava lá era Vossa Excelência, não era Secretaria Extraordinária que cuida das Áreas de Fronteiras, quem estava era o Doutor Alexandre, Secretário de Planejamento, o Eduardo. Então, Secretaria de Articulação, Secretaria Extraordinária para cuidar das fronteiras nossas, com o PIB que nós temos, com o tamanho da nossa economia na área de produção, o senhor que é da área do setor agrícola, para com isso, não justifica! A secretaria lá do senhor João Pizzolatti, não quero discutir aqui a competência de ninguém. Quero discutir as Secretarias que existem e que não são necessárias. O Rio de Janeiro, agora nessa crise, enxugou para dezessete Secretarias. O Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação de Roraima - IACT. Eu não estou aqui acusando a Governadora não, ela pegou, isso já existia. Eu estou dizendo o momento crítico que nós estamos vivendo e que a gente precisa ter coragem de tomar certas medidas. O IACT pode conviver muito bem lá na Fundação Estadual de Meio ambiente e Recursos Humanos - FEMAH, porque não? Tamanho da Companhia de Desenvolvimento de Roraima - CODESAIMA. Eu conheço a CODESAIMA. Fui diretor comercial, diretor administrativo, fui diretor presidente. Sai de lá folha era quinhentos mil reais, está dois milhões e pouco. O que é prioridade, a Saúde ou a CODESAIMA? É isso que o Estado tem que definir. É isso que nós temos que definir. O processo da, olha, sai Governo entra Governo, ninguém tem coragem de mexer nessa cooperativa da Saúde. Quanto custa a cooperativa? Quanto eles cobram de percentual? O modelo do Amazonas é diferente. Estava conversando aqui com doutor Tomé. Lá São várias cooperativas. Aqui fica uma cooperativa com alguma taxa absurda do Estado. Eu fui da Comissão de Saúde aqui, quis saber esse custo e eles me negaram. Depois eu sai da Comissão e não consegui ter acesso ao custo. Eles alegando que não tinham porque prestar contas para Comissão de Saúde do Estado. Lógico que tem! Essa Cooperativa também sangra dinheiro público da Saúde. O custo da Cooperativa é altíssimo. O Enoque sabe disso porque ele mexe com os números lá na Secretaria de Planejamento, como nós sabemos aqui. Então, quando se fala em modernizar, como é que foi o nome que o secretário falou, aquele negócio bonito de um novo modelo de estruturação, realmente, precisa fazer uma reestruturação nesse caso da Cooperativa, que tem dinheiro saindo pelo ralo aqui. É preciso a gente ajustar essa parte dos cargos comissionados da Saúde, um milhão e oitocentos. Reduzir esse tamanho da estrutura burocrática da Saúde. É preciso! Porque aí vai começar. Aí nós vamos ter condição de cobrir esse déficit de cento e setenta milhões, e temos que fazer isso agora. O que não dá, é novecentos e setenta

e um ano, e o bolsa povo hum mil, quatrocentos e quarenta. Não estou sendo contra o bolsa povo não, estou falando, Secretário, como está mal dividido essa partilha de recursos a nível de Estado. A crise existe? Existe! Não vem dinheiro mais do que isso, mas, gente tem que ter coragem agora nesse orçamento de saber o que é prioridade para o povo de Roraima. E a saúde? E a Segurança Pública? Só sabe quem já foi assaltado, como eu fui, na minha casa agredido, fui parar lá no pronto-socorro. Como é que está a situação da saúde pública aqui no Estado, e como é que tá, não fala da educação não, porque a educação se bem administrada, bem gerida, a educação tem um baíta de um recurso. Agora é preciso priorizar. É preciso priorizar. É como Ele disse: Tem algum planejamento pra ver o custo da alimentação terceirizada, ou feita como era antes no nosso hospital? Precisa levantar esse custo, Secretário de Planejamento, para ver se não é melhor ser feita lá, do que terceirizar. A maioria dos Servidores, quando eu era da Comissão, reclamavam da alimentação. Eu fui fazer uma visita lá, sem ninguém saber, despercebido, e fui perguntar dos pacientes como era alimentação, todo mundo reclamava. Péssima! E alimentação terceirizada. É isso que ele fala aqui, custo benefício e soluções. Então, eu gostaria de deixar isso aqui que nós estamos colocando. Eu sou membro, faço parte da Comissão Conjunta. Acho sim que é possível. A gente tem discutido aqui, Eu, Sampaio, Aurelina, o Flamarion, que já saiu, e mais outros colegas Deputados, que a gente tem, né Sampaio, que ter coragem agora de fazer um ajuste. Tenho defendido que não se aumente o orçamento dos outros poderes, daqui da Casa, da Justiça, do Ministério Público, porque é uma elite que tá muito bem beneficiada, mas, que esse recurso vá para saúde. É essa proposta que eu tenho colocado. Sampaio está apoiando. Eu não sei se... com a Aurelina ainda não conversei, mas é esse o sentimento aqui da Casa, é que se mantenha o orçamento dos poderes, ao nível do ano passado, e esse recurso que seria até na correção dos cinco mais um por cento do PIB, que fosse transferido para a Saúde pública do Estado, que já reduz do nosso déficit de cento e setenta. Então eu gostaria de colocar isso, estou colocando para vocês, essa é a minha posição, mas vou cobrar na hora de fechar o orçamento.

Senhor Presidente, DEPUTADO CORONEL CHAGAS: Bem colocado pelo Deputado Joaquim. Vou passar agora a palavra para Deputada Aurelina Medeiros.

DEPUTADA AURELINA MEDEIROS: Boa tarde Presidente, Senhores Deputados, Secretários, Secretário de Saúde, em seu nome e demais Secretários, Alexandre está ali, o Enoque, quem mais que está, essa turma toda da Saúde, do CRM também. Essa reunião talvez vai dar bastante o que falar, porque eu tenho certeza que todos os setores do Estado queriam estar discutindo orçamento, colocando suas necessidades. Queria dizer que nós sabemos o que é um orçamento. Sabemos o que tá escrito aqui. As vezes para a gente abrir uma discussão é preciso que a gente leia e diga: Nós vamos chamar essa turma aqui para que? Tem que ter respostas. Então, a gente não tá descobrindo o orçamento, nem é uma peça do fim do mundo. O fim do mundo, para mim, é a gente sair das redes sociais e do adágio popular, de que esse Estado é rico e tem muito dinheiro. É preciso que pessoas conheçam a realidade do Estado que vivem. Eu gostaria muito que isso acontecesse. Eu sou política por acaso, mas, eu sou funcionária pública especialista em planejamento e orçamento, há quarenta anos estou em Roraima. Conheço bastante de planejamento e orçamento, e o que dói é a gente saber que as pessoas ainda não descobriram que a gente não tem uma indústria, não tem um setor que gera emprego, não tem nada. É preciso que as pessoas saibam que temos oitenta por cento de orçamento do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que no dia que cai, cai o comércio, aí cai os vinte por cento do Estado, também, que não tem quem venda nada. A economia do contracheque vai embora e a gente se pega, Laerte, com isso aqui. Um orçamento como esse, que não tem um real para investimento no Estado de Roraima. Nem um real. Se cair uma ponte hoje ela vai ficar no chão o resto do ano, e não adianta depois eu ir para aquela Tribuna dizer: O Estado tem muito dinheiro, o Governo não faz porque não quer. É preciso sair da ignorância, conhecer a realidade desse Estado. O que é que a gente tem e o que que a gente pode. Eu peguei aqui, há pouco, quinhentos e sete milhões é o orçamento da Saúde, que está aqui na peça, eu somei, comissionado, efetivo, cooperativa, dá 380 milhões por ano. Aí eu ouvi aqui: Se não tiver pessoal não funciona! E se não tiver remédio, cirurgia, estrutura, funciona? É o que eu queria saber. Qual é o Estado brasileiro que servidores, policiais trabalham um expediente? Qual é o Estado brasileiro? Alguém me responde? É preciso cair na real do Estado. Fui em Brasília semana passada, e tenho quinze mil pessoas numa fila esperando a tomografia computadorizada. Brasília! E aqui a gente joga o pé na porta, bota abaixo, se não for atendido na mesma semana, eu mesmo faço isso, Cezinha. A gente precisa entender a nossa realidade. A gente pega isso aqui e a gente não

sabe que fazer com ele. A gente sabe que tem que tirar de algum lugar, e aí não tem outro caminho. Pessoal, hoje, até o Governo Federal, para dar uma ajudinha pequenininha, ele diz: Se não demitir eu não dou! E aí, nós vamos fazer o que? Alguém pode me dizer o milagre? Os políticos pagam por isso a que custo? Que custo é esse? O que que a gente pode fazer? Abrir uma casa da moeda no Estado de Roraima? Levaram o dinheiro, como Laerte disse, roubaram, não vai vir mais não, roubaram mesmo. E aí, como é que eu vou trabalhar esse ano? Então a gente tá tentando... a doutora disse assim: Primeiro lugar Saúde! Eu penso do mesmo jeito. Acho que é saúde e vida. Acho que o salário do servidor é prioridade. Sou servidora pública federal, veterinária de Formação. É prioridade zero pagamento de servidor. Agora, quem estabeleceu vinte e cinco por cento da educação, não foi Assembleia, nem pode mudar. Aí vem a Saúde, menos da metade doze por cento. Que é injusto é, não tenha dúvida que a gente também acha isso, e a gente tem se debruçado aqui, nós que aqui estamos, Doutor César, Joaquim, Sampaio, Marcelo, Chagas, a Deputada Lenir, o Deputado Zé Galeto, todos nós, só estamos aqui hoje porque a gente tá tentando buscar uma forma de ajudar. De onde é que nós vamos tirar? Agora, tenha certeza que, se vocês pegaram a peça orçamentária, tá bem aqui, existe deficit de orçamento de ponta a ponta, de todas as Secretarias. A gente analisa isso, o que foi que pediram e o que foi possível dar. O maior é da Saúde, realmente, mas, para vocês terem uma noção, a dívida do Estado nesse ano, teria que se pagar quinhentos e vinte e seis milhões, veio trezentos e noventa e dois. E o resto nós vamos pagar com que? Porque, minha irmã, é descontado do FPE. A dívida o Governo Federal tira lá em cima, já chega aqui só o resto. E o orçamento, tá claro, não tem. Nós temos que ter consciência. Nossa situação é: uma receita de três bi e meio e uma despesa de cinco e meio, para funcionar como a gente quer. Não tem milagre! Só se houver uma Casa da Moeda e a gente abrir. Aí, ir para a cadeia é melhor. É difícil! A gente tá buscando priorizar a Saúde, eu já tenho dito isso, a gente tem assistido clamor, aí eu fico assim: Meu Deus! Estava esses dias conversando com a turma do planejamento da Assembleia, aí a Emiley olha para mim e diz assim: Deputada mais pessoal é prioridade. Aí eu digo: É, mas, eu vou ter ali um monte de médico, todo mundo recebendo seu salário em um dia e não tem uma linha de sutura no hospital, não tem um medicamento, não tem uma anestesia, não tem como eu manter o paciente no leito, não tem como eu fazer um exame. E aí, adianta eu ter pessoal? Então, uma ordem de prioridade é muito difícil. E a gente não vai resolver esse ano não. A gente vai tentar de todas as formas, tem problema, orçamento é difícil como ele diz. Os nossos custos de procedimentos da Saúde. Eu vivo brigando lá, né Doutor César? Mas, aí quando você tem alguma coisa, eu digo assim: Gente esses dias foram pedir uma mamografia no centro de referência, marcaram para abril do ano que vem, se a Saúde pedir do SUS, eles aumentam a cota do SUS, e olhe que é nossa saúde é SUS, porque nós atendemos os clientes da Unimed. Aí, a gente diz assim: Vamos cobrar da Unimed o atendimento prestado aos clientes da Unimed? A Unimed está fechando as portas, está numa crise violenta. E aí, nós vamos fazer o que? A gente é político, não é milagreiro, nem Santo. A gente tenta aqui tirar, sei lá de onde. Nós vamos tentar. É esse hoje o sentimento de todos os Deputados, não é Deputado Chagas? Deputado Marcelo, Deputada Lenir. A gente tem discutido por todos, e o nosso sentimento é tirar de algum lugar. Vamos ter que dar um jeito de melhorar essa situação. Agora, é preciso que cada pessoa saia do discurso da rua, do discurso das redes sociais. Têm muito dinheiro, não aguento ouvir isso, eu queria saber onde está? Pelo menos a gente fazia uma invasão lá. Eu não aguento alguém dizendo: Não pagou o salário porque o dinheiro estava emprestado para cobrar juro. Ninguém paga mais nem juro de poupança, quanto mais de outra coisa. As pessoas precisam ter consciência do mundo que eles vivem. Ter consciência que Roraima não produz, Laerte, nada. O que nós produzimos aqui? Nada! Menino! Do crédito social, aí, haja crédito social para atender menino. Só isso! A gente não consegue investir um real para gerar nada na nossa economia. Todo mundo só diz assim: Não tem, a Governadora não faz, aí vai piorar. Os índices do Brasil, se a gente bem é político tem obrigação de saber, a tendência do Brasil é piorar a situação, é só assistir. E quem é político, mais que ninguém, tem que saber, quem é técnico também, quem tem interesse nesse Estado também. A tendência é piorar hoje. Então, gente, eu estava colocando isso porque às vezes me dói a gente colocar muito assim: Ah, vocês da classe política tem que dar um jeito. Bem que a gente gostaria. Ela falou assim: tem que ter vontade. Eu digo: vontade é diferente de autoridade. Bem que a gente tem vontade. Bem que a gente gosta, e se a gente disser: Olha nós vamos botar no orçamento, aí é obrigada a repassar. No outro dia tá a educação aqui, no outro dia tá segurança. Cadê o preso? Fugiu! Matou todo mundo! Invadiu minha casa! A segurança não presta! E aí vai, é uma série. São todos os

problemas do Estado que a gente tem que resolver com essa orçamento que tem, que é difícil. É muito complicado. Não sei o que a gente vai fazer, mas, uma coisa eu digo: Tem que conhecer o tamanho da economia do Estado. A gente tem que saber disso, é obrigação, é be-a-bá. Para a gente não fica falando. O que eu não aguento mais em vinte anos dentro dessa casa: Tem dinheiro demais. Se tão roubando, aí é prevaricação da Assembleia. Aí tem que investigar todo mundo. E a gente tem feito isso. A Lenir tá caindo os cabelos todinho de fazer CPI, investigar processos, e acompanhar e ver se está superfaturado, e ver se não tá. E a gente tem vivido essa situação. Mas, a gente queria dizer, eu pelo menos, eu ouvindo de meus colegas, que a nossa preocupação é igual a de vocês. É arrumar uma forma. Nós não sabemos porque não é só a saúde que tá com seis meses, não é Enoque, não é só saúde que tem seis meses para pagar pessoal não, né? Tem outras Secretarias, também, que tá só seis meses pessoal para pagar. E quando eu for em maio começa: abertura de crédito por excesso de arrecadação. Aí, vocês começam a cantar: Caiu o FPE, mas, aumentou o ICMS, vamos abrir arrecadação por esse burquinho aqui, aí no fim do ano anula porque não deu para pagar, que cairam com setenta milhões para pagar. E não tem como. E não vamos arrumar agora não. Não tem como num período de crise. Mas uma coisa eu digo: A Assembleia está com toda boa vontade do mundo para a gente ajudar. A gente sabe que saúde é prioridade. A gente está vendo aqui. O deficit de cento e setenta milhões, o deficit aprovado no orçamento, em relação ao que foi pedido, são duzentos e sete milhões, em relação ao que foi encaminhado, para ter uma situação ótima não, mais ou menos, que não é ótima. A situação não é ótima, nem quinze nem dezesseis por cento vai resolver o problema da saúde não. Vai melhorar um pouco, mas, não resolve também. Porque, gente, vou só dar um exemplo para vocês que são médicos: O hospital Geral de Roraima foi construída em 1988, a população do Estado naquele tempo era cento e sete mil habitantes, hoje você tem quinhentos mil habitantes e continua cento e vinte leitos no Hospital Geral de Roraima. Isso tem que cair no colo de alguém. Nós vamos resolver? Estou apavorada, e a gente vendo esses hospitais todinhos, e depois que que nós vamos fazer para botar para funcionar. Vamos ter que fazer alguma coisa, senão vai virar um "elefante branco". Tem custos, não cai do céu. Agora, é isso, a nossa realidade é essa. 1988, 1998, 2008, 2018, vão fazer trinta anos, Laerte, que não se constrói, a mais, um leito em hospitais do Estado de Roraima. É claro que hoje, quase trinta anos depois, a gente não tem presidio, por que nunca fizeram um também, esses anos todos, quase trinta, nunca teve um aumento de uma vaga de leito em hospital. É claro que isso ia estourar em algum momento. E está agora. E a gente, vamos torcer, procurar da parte dos Deputados que tem estado aqui até agora, a cabeça de todos é analisar e buscar a melhor solução para ajudar a situação da Saúde. Obrigada a vocês.

Presidente da Comissão, DEPUTADO CORONEL CHAGAS:

Eu passo agora a palavra ao Deputado Sampaio.

O Senhor DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO – Boa tarde a todos, boa tarde Senhor Presidente Deputado Chagas, Deputado Marcelo Cabral, relator do orçamento e aos demais Deputados, aqui presente, Secretário César com toda a sua equipe, o Secretário Alexandre, Enoque, e toda equipe da SEPLAN aqui presente também o CRM, Procurador do Estado e todos os cidadãos presentes, sindicatos, o servidor da saúde Melquisedeque. Quero ser breve até pelo avançar da hora, estava aqui pensando Secretário César, que algo parecido reservado às proporções é num campo de guerra onde tem dois feridos, onde o médico precisa do respirador, mas só tem um para salvar os dois. Reservado aqui as proporções, a Secretaria fez mais ou menos algo parecido, o lençol é curto não dá para atender a manutenção e o investimento e despesa do pessoal, de cooperativa e fizeram aqui uma escolha, Secretário. Com certeza isso ocorreu em anteriores e aí cria-se um jeitinho brasileiro, subestima-se o orçamento e torcer para que tudo der certo, não ter atraso de servidores e sobrar um dinheirinho para fazer os investimentos. Isso e preocupante, nós já estamos trabalhando com a peça fictícia orçamentária, sem mencionar aqui os estímulos que os servidores efetivos já estão entrando no ano sabendo que correm o sério risco de agosto em diante não terem os seus salários se não for dado o jeitinho. Esse jeitinho se deu por muitas vezes, não é bom trabalhar na base do jeitinho, isso é preocupante, então, espero que nós encontremos uma saída e que possamos dar o mínimo de garantia possível dentro do orçamento numa construção nesse sentido, tentando ampliar, não priorizando a ponta do lençol se irá cobrir da cabeça aos pés, mas tentar fazer aqui uma emenda neste lençol para contemplar as pessoas, em especial, os servidores efetivos e a saúde mínima que os servidores precisam para o bom funcionamento. A minha preocupação é saber do secretário de orçamento se essa realidade se encontra em outras pastas, não é porque a saúde e a educação têm



verba carimbada que são um Estado a parte, não. É preciso essa saída, é claro que passa por uma discussão de otimizar o recurso da saúde, como o Senhor Secretário falou aqui, que cortou despesas de luz e terceirizadas, e outras. É possível apertar mais ainda nesse sentido para ajustar, para sobrar recurso, mas também lançar mão de outras partes do orçamento. O Deputado Joaquim colocou aqui algumas sugestões, algumas fusões de Secretaria e a extinção de outras e o remanejamento. Agora, isso ocorre aqui dentro do Executivo e no Legislativo, que essa discussão haja tempo hábil para isso. Outra questão que nós podemos colocar aqui, é o não acréscimo ao orçamento dos Poderes. Está aí na Comissão tramitando, Deputado Isaías Maia, pedindo o orçamento dos Poderes, o ano passado essa discussão foi a mesma, Senhor Procurador, tivemos a maior preocupação com a saúde, educação. Com a agricultura foi um desastre, reduziram o orçamento da agricultura pela metade, assim como também o orçamento do Instituto de Terras de Roraima - ITERAIMA e outras, ficou todo mundo muito preocupado, mas terminou que não nada se avançou nessas pastas que eram prioridade, e avançou bastante no orçamento dos Poderes, aumentou setenta milhões, vai ocorrer o mesmo? Os Poderes estão pedindo toda legitimidade de buscar esse pleito, estão usando essas ferramentas para buscar a suplementação no seu orçamento e preocupa, Secretário Alexandre, inclusive será matéria de uma nota minha amanhã, sobre esse pleito dos Poderes na contemplação de seu orçamento, em especial, nós temos aí um legislativo fragilizado, encontramos hoje um legislativo altamente vulnerável. Isso fragiliza o legislativo para tomar decisões drásticas. Agora a pouco o Deputado Joaquim colocou aqui a necessidade de zerar, não dá aqui nenhum tipo de orçamento, eu já me coloquei a disposição, quero ser o segundo signatário em assinar a proposta dele em zerar o orçamento dos Poderes e estes, fazerem os seus ajustes. Temos Poderes que deram doze por cento de reposição salarial para seus servidores, os servidores da saúde, da educação, segurança, não receberam nem os quatro e meio que estavam previstos, tem o orçamento, tem o dinheiro em caixa, porque os Poderes não fazer? Agora, esse enfrentamento, não é fácil realizar, tem que todas as condições adequadas, infelizmente, o legislativo não se encontra hoje nessa situação. Espero que mude, agora a pouco, o STF afastou o senador Renan Calheiros da Presidência do Senado, espero que a justiça aqui não durma ou não ouse usar dessa situação para fragilizar mais o Legislativo. É o motivo da minha nota amanhã na folha de Boa Vista explicando a minha fala na tribuna sobre isso. Então, quero aqui me colocar à disposição e perguntar ao Secretário de Planejamento se existe essa preocupação em outras Secretarias, se não estão contemplados dentro da peça orçamentária o pagamento até o final do ano, se isso é só um caso isolado da saúde? E me comprometer mais uma vez juntamente com o Deputado Joaquim Ruiz e com os demais Deputados, em trabalhar para não acrescentar o orçamento aos Poderes, e, sim, remanejar em especial para a saúde e para a agricultura do Estado que também estão precisando, estão morrendo à míngua os nossos agricultores. Então era isso, espero que Roraima não venha aderir a essa PEC 241, a 55, Melquizedeque, porque aí nós estariamos mais ainda numa situação mais difícil que seria repor todo ano o IPCA encima do orçamento, nada de investimento, nada de acréscimo. Por último, Senhor Presidente, esse Requerimento para convocar Secretário, foi de minha autoria com o apoio de Vossa Excelência por unanimidade, mas foi se acrescentando ao decorrer, Deputado Chagas, outras entidades que vieram enriquecer. Lamentavelmente não conseguimos trazer o sindicato dos servidores da saúde para a discussão, conversei agora a pouco com o presidente em exercício na reunião, Deputado Marcelo Cabral, não foi possível abrir fala para o sindicato dos servidores aqui representado pelo Melquizedeque, mas ele se comprometeu em receber amanhã, Melque, o sindicato, o Presidente não teve nenhuma dificuldade, foi voluntário em receber, com o intuito de ouvir a demanda dos sindicatos. Eu entendi Melque que realmente, todas as convocações aqui foram aprovadas em reunião da Comissão, então, não teria como abrir uma exceção a mesmo que estivesse sido aprovado. Então, entendi a preocupação do Deputado Marcelo de imediato ele se colou a disposição, não é diferente do Deputado Chagas em receber amanhã numa conversa informal a demanda dos senhores para fazer uma discussão sobre o orçamento, era isso obrigado Presidente Chagas.

Senhor DEPUTADO CORONEL CHAGAS – Ouvido todas as autoridades que estavam previstas, foram abertas as falas, os Senhores Deputados que se escreveram. Senhor relator, nos dê vossa conclusão!

Senhor DEPUTADO MARCELO CABRAL – Boa tarde, novamente, Presidente da Comissão de Orçamento, Coronel Chagas. Ouvindo atentamente cada Parlamentar, cada instituição, cada representante, todos preocupados com a saúde, até agora reunidos nessa

Comissão, ouvindo realmente e vendo a real preocupação com a Saúde do Estado. Vejo no semblante do secretário César que é meu amigo de longas datas, a preocupação com a saúde, ele está como secretário, é médico e sabe o que precisa, se fosse de outra profissão não saberia; ele sabe o que necessita para a saúde funcionar. Aqui eu vejo o CRM preocupado também em nome da Blenda, poder ajudar, contribuir e trazer a solução para a saúde, não só para a Assembleia. Quero deixar bem claro que não pode tirar essa preocupação do orçamento da Saúde, do Executivo e deixar nas mãos da Assembleia, quero deixar bem claro isso, tem que ser em conjunto, tem que se unirem realmente, achar uma solução, olhando aqui o (inaudível)... do Governo, quando vi apresentar na Comissão que foi convocado pelo Presidente Chagas, apresentação com a SEPLAN, com algumas Secretarias e estava lá: Determinação Governamental, priorizar pessoal, primeira fala do Secretário de Planejamento. Prioridade não foi o pessoal. Quando eu vejo, Secretário, não foi isso que aconteceu. E isso me chama a atenção. Eu sei que você não pediu esse orçamento, está um déficit de mais de cento e poucos milhões, o que ele pediu foram setecentos e quatro, retificando setecentos e quatorze, orçamento proposto, e foi fixado em quinhentos e quatro. Vejo uma diferença de duzentos e sete milhões para a Saúde, vejo que saúde tem que ter a preocupação, falou ali na tribuna que tem recursos para pagar até o meio do ano o salário do pessoal, e depois o que vamos fazer? Aqui eu tenho uma ideia como Deputado, peço o apoio do Secretário de Planejamento, que está aqui a equipe do governo, da importância de se reunirem, se ajudarem e resolverem a situação da Saúde do Estado de Roraima. Não podemos é tirar o fardo do Executivo e deixar o fardo no legislativo. Não é assim, estamos aqui para contribuir. Essa Casa nunca deixou de ajudar quem mais precisa, que é a sociedade, a população. Estou aqui como relator e dizer: Vamos diminuir sessenta unidades orçamentárias no Estado de Roraima, diminui, junta, estou vendo aqui que teve Secretaria que teve aumento de setenta e sete por cento de aumento. É a saúde, a educação, a segurança? Não! Nenhuma das três, mas teve aumento de setenta e sete por cento. Estive agora a pouco aqui mostrando com o presidente da Comissão Deputado Chagas, cada aumento de cada pasta e dizer como é a preocupação que eu vejo do Poder Executivo que o orçamento da Secretaria "x", pode aumentar setenta e sete por cento, enquanto Secretaria que mais precisa, que mais necessita, que mais cuida da vida das pessoas, não teve essa mesma prioridade. Aqui me chama atenção, caros Deputados, o que me chama atenção, Deputado Zé Galeto, da saúde de fomo está, porque me chama atenção, Deputada Lenir, da preocupação de cuidar da saúde realmente, a senhora é defensora e está sempre falando: aqui tem a solução, Secretário de Planejamento, vamos sentar, vamos conversar, vamos diminuir. Agora eu sei que isso não depende só do secretário, depende realmente da Governadora, mas tem que levar a proposta concreta para ela. A hora de mudar é agora. Dia sete encerra o prazo das Emendas dos Deputados na Comissão, está previsto para o dia quinze votar em Comissão, está previsto para o dia dezoito, votar no Plenário da Casa, está previsto ali que até o dia vinte encerra os trabalhos desta Casa. Lógico, para isso, tem que ser um trabalho imediato para achar a solução, Secretário César para a sua Pasta. É você que está na frente, sabe a onde dói, sabe o que precisa, o que não pode é dar um orçamento para seis meses e o resto fica como? Vai fechar a secretaria? Não cai pagar às pessoas, como é que fica? Então, quero aqui falar para vocês da preocupação como relator do orçamento, tenho aberto discutido várias propostas, estamos abertos para conversar com o Governo, com os técnicos do governo, com os nossos técnicos da Assembleia que estão aqui, agradeço a todos, mostrando e juntar as ideias para que possamos achar uma solução para a Saúde, pois acho que todos estão aqui num favor único, que é poder ajudar a Saúde do Estado de Roraima, a verdade é essa. Pegando o orçamento, percebemos que aumentou em vinte por cento, quinze por cento, cinquenta e três por cento aumentou a Comunicação do Estado. Nada contra a Comunicação. E aí segue, algumas aumentando, outras diminuindo, mas eram nove e aumentou para dezesseis, aumentou para vinte, mas se tirar quatro daqui, cinco de outro lugar, oito de outro, irá suprir o que precisa na Saúde, a verdade é essa. Estamos aqui para ajudar, para contribuir, para ajudar a fazer orçamento que realmente se tenha condições de trabalhar e executar, César. Estou aqui do seu lado, quero lhe ajudar, a Comissão que lhe ajudar, mas para ser ajudado, não depende só do relator e não só do presidente, não só dos Deputados, mas depende do Executivo também querer ser ajudado; E o que é querer ser ajudado? É tirar onde tem muito e colocar onde precisa. Esse que é o papel da Comissão, agora, tem um, porém, podemos até fazer ainda algumas mudanças no orçamento, precisará da sanção da Governadora que poderá vetar. Essa Casa poderá ajudar no que for preciso, no que for necessário, a Comissão de

orçamento ajudará. Quero fazer duas perguntas ao Secretário, a Vossa Excelência: Porque que a Cooperativa aumentou tanto? Se você pegar dois mil e quatorze até dois mil e dezesseis, aumentou noventa e “poucos” por cento, eu não entendo. Como Relator, gostaria de entender porque que a Cooperativa aumentou tanto os recursos, enquanto o pessoal da Saúde diminuiu cem por cento. Uma coisa meio desproporcional, a verdade é essa. Você deve ter uma explicação, com certeza, pois está acompanhando isso. A outra pergunta: o que o senhor irá fazer com o pessoal que era duzentos e trinta e quatro milhões em dois mil e dezesseis, retificando, duzentos e trinta e um milhões. Dois e mil e dezesseis chegou cento e vinte e nove milhões, menos cento e “poucos” milhões. Vamos achar uma solução, porque da Saúde não tem de onde tirar, da saúde tem que acrescentar recurso, não posso tirar de remédio, não posso tirar de reforma, se o senhor falar, não, a saúde vai dar, Dr. César a contribuição dela, vamos tirar da reforma. A equipe de vocês tem que saber de onde deve tirar, onde pode chegar, pode chegar a dez, quinze ou vinte e cinco milhões. O resto, o planejamento tirar de outras Secretarias, o que precisa, o que necessita para ajudar à Saúde. Como relator, estou aqui pronto para ouvir, para ajudar onde for necessário; O que não podemos deixar aqui presidente, caros Deputados, é deixar lá na frente aprovar o orçamento e depois culparem esta Casa. Esta Casa não tem culpa, ela está aberta a discussão agora para ouvir cada seguimento, para trazer a solução para você, Secretário de Saúde. Queremos ajudar a contribuir, a fazer o que for necessário, temos ainda dois ou três dias para apresentação de Emendas, temos terça, quarta e quinta, onde quinta será feriado, a semana é curta, mas quem quer ajudar não tem dia e não tem hora, portanto, vamos nos ajudar, nos dar às mãos, aqui não tem bandeira, aqui não é oposição nem situação, é o Estado de Roraima que precisa de ajuda. Estamos aqui hoje até a essa hora, estamos aqui para falarmos de um assunto muito importante, que poucas Comissões farão o que está sendo feito aqui hoje. Abrindo parte para discutir o orçamento com cada seguimento. Então, quero aqui Presidente, agradecer a cada um que vieram participar, dando a sua contribuição para ajudar a saúde e peço realmente o apoio incondicional, onde entra o Secretário de Planejamento, temos que achar uma solução, Secretário, de onde tirar? Aí o senhor vai dizer, não sei! Mas vamos atrás que saberemos, só não podemos mexer no orçamento do Executivo num total, podemos até mexer, mas poderá ser vetado lá na frente. Portanto, queremos sentar antes de vetar, antes de chegar naquela Casa a peça orçamentária pronta para vir a essa Casa junto com o Governo achar uma solução para poder ajudar a Saúde do nosso Estado. Sabemos que houve aumento em várias Secretarias de cinquenta por cento, cinquenta e três, de quarenta, quinze, de vinte e dois; está aí no demonstrativo. Vocês irão me dizer: mas era quinze milhões e aumentou para vinte e dois, mas aumentou. Tirem um pouco de cada local. O Deputado Joaquim falou algo importante aqui, os Poderes, esta Casa, o Poder Legislativo junto com todos os Deputados, com o presidente desta Casa, já está aprovado, este ano não vamos ter aumento do PIB e do IPCA que é legítimo. A Assembleia está dando essa contribuição, abrindo mão do seu aumento do IPCA e do PIB, não podemos falar dos outros Poderes, mas podemos falar sim do Poder Legislativo. Foi uma proposta não só minha, mas de vários Deputados para deixar o orçamento do tamanho que era de dois mil e dezesseis para dois mil e dezessete. A nossa parte já estamos fazendo, estamos cuidando e demonstrando que queremos um Estado mais forte e melhor. Para encerrar eu digo: Presidente, quero frisar o compromisso que nós temos com este Estado, hoje eu estou como Deputado, mas sou cidadão roraimense, sair daqui eu não irei, minha família é daqui. Quero sim, que Deus me livre, mas quando eu precisar de saúde, senhor Secretário, eu irei para o Hospital Geral, o médico que esteja atendendo, me receba com um sorriso, doutora Blenda, com o salário em dia, agradecendo e dizendo: eu sou bem pago para atender. Temos remédio, gases, o que precisa para ser atendido. O Secretário de Saúde falou algo importante que me chamou a atenção, a saúde municipal, que eu nem sabia destes dados, está destinando mais de dezoito por cento de investimento para a saúde Municipal, enquanto nós temos uma briga de quinze, de dezesseis por cento para a Saúde Estadual. Devemos apertar o cinto, aqui está todos os Deputados de mãos dadas com intuito de ajudar à saúde, e dizer: somos parceiros, queremos ajudar a saúde a dar uma solução, mas não temos hoje esta solução, temos poucos dias para achá-la, mas mostrei, vamos diminuir, são sessenta unidades orçamentárias, é muito para um Estado deste tamanho, é demais. Quantas Secretarias o Estado tem? Vamos juntá-las, vamos fundir às Secretarias para enxugar e dizer, o Governo está fazendo a parte dele também. Portanto, conte com esse relator, com este parceiro, com este amigo, pois antes de você ser médico, já era meu amigo, você sabe disso. Quero deixar aqui o meu compromisso, a minha parceria disser que estamos prontos para ajudar aonde for

necessário, temos três dias para apresentarmos às emendas, emendas modificativas, de onde tirar os recursos para ajudar a saúde. Demonstrei aqui aonde aumentaram na Comunicação, na Casa Militar, na Secretaria estadual do Trabalho - SETRABES. Analisando aqui, vi que teve vários aumentos, se juntar dá esse valor? Não sei se dará. Mas poderia tirar um pouco de cada onde aumentou e colocar onde Senhor Presidente? O Senhor sempre me falou, põe na Saúde, ela está precisando, Saúde, aqui a doutora Blenda falou muito bem, educação, saúde e segurança, estes, são o tripé de qualquer Estado. Vamos copiar uma gestão que está dando certo, a Prefeitura está fazendo a sua parte. E me chamou a atenção que com dezoito por cento, vamos tentar a chegar no Estado a dezoito também. Terá gosto de ir para aquela secretaria, vim para resolver, me deram condições! Obrigado e boa tarde a todos vocês.

Presidente da Comissão, DEPUTADO CORONEL CHAGAS – Agora irei responder às perguntas formuladas pelo Deputado Marcelo.

Senhor Secretário de Estado de Saúde, DR. CÉSAR FERREIRA PENNA DE FARIA – Em relação a cooperativa é questão orçamentária mesmo. No orçamento do ano passado em janeiro, se observar... a Deusimar tem ali o QDD em mãos, foi enviado dezesseis milhões em janeiro, e em fevereiro foi enviado mais 65 milhões, e ao longo do ano, é enviado pedacinho por pedacinho. Por isso que no final do ano de 2015, a Saúde usou dezesseis ponto sessenta e oito por cento (16,68 %) mais o menos. Isso é feito ao longo dos anos. Esse ano quando nos cobrimos todas as despesas e deixamos a folha, seis meses sem cobertura orçamentária, foi justamente para mostrar essa situação crítica, para mostrar essa situação que não adianta a gente ficar cobrindo o remédio, cobrindo o pessoal, descobrindo o remédio e vice-versa, porque todos dois são essenciais. Acredito que até o próprio profissional de saúde, eu sou profissional de saúde, eu também digo que é essencial, você ter com que trabalhar, você se sente frustrado e não tenho que trabalhar. Então esse valor se nós pegarmos em números absolutos, é praticamente o mesmo valor do ano passado. Acontece que a cooperativa é um contrato que nós herdamos, é um contrato que ainda tem vigência é um contrato que provavelmente vai ser encerrado em março do ano que vem. Nós ainda não o renovamos, o porque nós como o Secretário Alexandre falou nós somos buscando alternativas mais modernas de gestão, só que se nós olharmos o valor absoluto que foi gasto é praticamente o mesmo valor que foi gasto esse ano. A outra pergunta Deputado? (inaudível) de 2014 para 2015? É . Mais um aumento que eu digo, por exemplo, em janeiro, eu assumi em fevereiro, peguei uma folha de nove milhões e meio e essa folha vem se mantendo entre nove milhões e trezentos e nove milhões e setecentos ao longo desse ano. Se nós pegarmos, você vai ver um aumento, Deputado, em setembro de 2015 teve um aumento entre vinte e trinta por cento, por que o plantão médico estava a seis anos sem aumento. Era um plantão que estava defasado. Na época, o secretário Kalil e a Governadora deram um aumento neste valor do plantão de vinte e cinco por cento. Esse plantão foi a mil duzentos e cinquenta, já estávamos sem profissionais na UTI Neonatal e na neurocirurgia, porque que os profissionais estavam indo para Manaus. Então, em setembro de 2015, teve um aumento. Essa folha ela aumentou vinte e cinco por cento do valor bruto e teve outro detalhe também, o hospital de Rorainópolis, em janeiro de 2015, o hospital de Rorainópolis só tinha Clínica Médica. Então, a folha do hospital de Rorainópolis custava em torno de cento e cinquenta mil reais. Hoje, hospital de Rorainópolis tem dez especialidades. A folha hoje lá custa oitocentos e oitenta mil reais, somando esse aumento do valor do plantão mais esse aumento do valor da folha de Rorainópolis, dá em torno de um milhão e setecentos a dois milhões e duzentos, dependendo do mês analisado. Então, a folha teve esse aumento de setembro do ano passado para cá realmente, mas da minha gestão ela sempre tem oscilado entre nove e trezentos e nove e setecentos, sempre oscila sim. Só que hoje nós temos uma demanda que surge muito grande. A Secretaria de Saúde hoje tem uma folha para se ter uma ideia, só no SETRABES, de um milhão e cem mil reais, O SETRABES tem um programa que o Governo anterior criou, levou para lá duzentos e poucos servidores que são servidores da Secretaria de Saúde. São do custo da Secretaria de Saúde, cedidos ao SETRABES isso é desde a época do Governo Anchieta. É um programa que tem um cunho social, tem uma importância que não dá para não dá para dizer que não é importante, porque é importante. A Secretaria de Saúde mantém todo o serviço médico da Secretaria de Segurança, toda junta médica da Secretaria de Administração, todo médico espalhado nesse Estado, ou ele é da União ou ele é da Secretaria de Saúde. Isso é custo da Secretaria de Saúde. Hoje nós temos fora da Secretaria de Saúde mais de um milhão e meio de reais em pessoal, se eu for somar só o que eu tenho fora da Secretaria de Saúde e pudesse cortar, mas como que eu vou cortar? O Governo é um só, isso eu herdei, o Secretário Kalil na época,

já herdou isso também. Não tem como desativar um programa que está dando certo.

Senhora, DEPUTADA AURELINA MEDEIROS - Quando a gente praticamente acabou a Lei nº 392, a gente extinguiu muitos cargos, deixamos o cargo de assistente social só na saúde. Então, hoje as assistentes sociais da SETRABES, são concursadas pela saúde e trabalham na SETRABES, é o custo da Folha. O problema é a SETRABES não ter assistente social, mas fica no Curso da Folha.

Senhor Secretário de Estado de Saúde, DR. CÉSAR FERREIRA PENNA DE FARIA – O TCE agora notificou a Secretaria de Educação. (Conversas paralelas, inaudíveis) ... fonoaudiólogo, fisioterapeuta.

Senhor Presidente, DEPUTADO CORONEL CHAGAS- Quero dizer da nossa felicidade em estarmos realizando mais essa reunião da comissão de orçamento. Acho que ficou bastante claro para toda a sociedade, para todos que acompanham os trabalhos na Assembleia, que essa legislatura não tem sido uma Assembleia carimbadora de projetos da forma como chegam aqui. Então, nós temos visto debate constante em todas as Proposições que chegam a nessa Casa, procurando aperfeiçoar e ver aquilo que realmente interessa à sociedade. No âmbito da comissão de orçamento, é o que nós estamos fazendo, os deputados todos participando, ouvindo os segmentos da sociedade. Já ouvimos aqui a secretaria de planejamento, onde teve a oportunidade de vim explanar, o doutor Alexandre não estava, mas estava doutor Enoque. Ouvimos também os prefeitos eleitos que vão assumir em janeiro, nós apresentamos a Proposta Orçamentária para eles. Os Deputados têm recebido não só na comissão de orçamento, mas nos seus gabinetes também, representante das diversas áreas de atuação de responsabilidade do Estado e, hoje nós estamos ouvindo aqui o setor da Saúde. Tenho certeza que todas as informações que estão trazendo, irão servir de ferramenta para formar a convicção de cada um dos Deputados desta Casa. Esta reunião está acontecendo porque verificou-se incongruências e os deputados aqui conhecem, muitos Deputados experientes, técnicos dessa Casa também, é que o orçamento que foi proposto, não atende às necessidades da Saúde. Esse é o objetivo da Comissão, debater bastante para que a gente chegue e aprove uma proposta orçamentária o mais perto da realidade do Estado, é claro que nós estamos vivendo momentos difíceis em que o recurso não dá para todos, não dá para todas as áreas de atuação. Atendeu tudo que foi solicitado aqui, conforme foi proposto por cada Secretaria de Estado a SEPLAN E o Secretário de Planejamento com sua equipe, procurou apresentar uma proposta de acordo com as convicções e o planejamento estratégico do Estado. Se nós fôssemos simplesmente acompanhar, nós votaríamos do jeito que está, mas como eu como falei, essa Legislatura ela tem demonstrado que não é carimbador, ela discute cada ponto. Tenho a certeza que diversas emendas serão apresentadas, secretário doutor Penna, e vamos procurar melhorar o orçamento da Secretaria de Saúde. Em qualquer comunidade, em qualquer Estado com se faz uma pesquisa perguntando o cidadão que ele disse o que precisa melhorar, primeiro ponto que vem é a saúde em qualquer local. Alguns com os percentuais bem elevados outros nem tanto, mas sempre a saúde aparece em primeiro lugar; aí seguida vem a educação e segurança. Às vezes vem até a segurança em segundo, dependendo do momento que vive e que é feito essa pesquisa, mas é fato que esse é o tripé da sociedade: saúde, educação e segurança. Então, nós temos que priorizar isso mais ainda em momentos de poucos recursos. Temos que cortar de outros pontos onde não podemos chegar com tanta generosidade e é isso que os Deputados estão estudando. Há outras alternativas que precisam ser adotadas como a reforma administrativa. Essa Casa aprovou uma Lei um projeto de Lei que a Governadora sancionou para mandar em trinta dias para esta Casa um projeto de reforma, não chegou ainda, me parece que o prazo já, se não expirou está esperando. O ideal seria que o Executivo mandasse este ano ainda esta reforma administrativa, para nós votarmos um orçamento de acordo com a estrutura orgânica do Poder Executivo, porque nós vamos aqui de repente aprovar um orçamento para estruturas para órgãos que de repente em fevereiro ou março não existam mais. Portanto, trabalho redobrado e eu acho que nós fizéssemos um esforço e o Governo mandasse essa reforma administrativa para cá, nem que a gente segurasse um pouco mais e votasse talvez em dezembro ou janeiro, mas a gente votasse de acordo com a realidade do orçamento. Então, os Deputados estão todos comprometidos com isso a gente percebe conversando com cada um, a preocupação com todos os setores do Estado, mas, principalmente do tripé dessa administração. Enquanto não chega essa reforma administrativa, nós temos que definir as prioridades, e a nossa prioridade no nosso Estado, com certeza é a saúde e no momento vem a educação, segurança em segundo ponto e vem também terceiro não menos importante a educação. Tenho certeza que o Relator ao receber as emendas parlamentares de todos os Deputados, juntamente com a equipe técnica

dessa Casa, vai preparar um relatório o mais próximo possível da realidade e, então, eu quero, já finalizando, agradecer a todos os senhores que estão aqui presentes desde o Secretário, Doutor Alexandre Hanklein da SEPLAN, o Secretário Doutor César Penna, a Doutora Blenda, e o Doutor Laerte, aqui representando o CRM, a Presidente do Conselho Estadual de Saúde que também esteve aqui presente. Quero agradecer também a doutora Emilci do planejamento da Assembleia, a nossa Superintendente de comunicação, a jornalista Élissan Rodrigues. Quero agradecer a presença dos deputados: Marcelo Cabral, Zé Galeto, Aurelina, Isaías Maia, Flamarion Portela, Jorge Everton, George Melo, Lenir Rodrigues, Joaquim Ruiz e Soldado Sampaio. A todos vocês também servidores desta Casa, da Comissão, da comunicação, que deram suporte para nós. Muito obrigado a todos e até uma próxima oportunidade. ENCERRAMENTO: Às dezoito horas e dez minutos, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Débora Navarro de Sousa, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado Coronel Chagas  
 Presidente da Comissão

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE CONSULTA AO SECRETÁRIO  
 INTERINO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E  
 DESENVOLVIMENTO - SEPLAN

No dia primeiro de novembro de 2016, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Orçamento, sob a Presidência do Deputado Coronel Chagas, presentes os seguintes Deputados Flamarion Portela, Zé Galeto, Aurelina Medeiros, Lenir Rodrigues, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto na reunião de consulta ao Secretário do Estado de Planejamento e Desenvolvimento. O Presidente da Comissão saúda os Deputados presentes, o Secretário Senhor Enoque Rosas, o senhor Nilson Guimarães servidor do Departamento de Orçamento da SEPLAN, assessores e servidores da Casa. Em seguida agradece a presença do Secretário em exercício da SEPLAN, Senhor Enoque Rosas e do Senhor Nilson. Comunica que esta reunião foi sugerida no âmbito da última reunião da Comissão de orçamento, sugerida pela Deputada Aurelina, e aprovada pelos Deputados, Membros da Comissão de Orçamento, para que o Secretário de Planejamento fizesse uma exposição do Orçamento para 2017, a fim de que os Deputados da Assembleia legislativa tirassem suas dúvidas e questionamentos após a exposição pelo Secretário. O presidente comunica, ainda, que convidou todos os Deputados e que reforçou o convite para que estivessem na reunião. Em seguida, passa a palavra ao Secretário de Planejamento para que faça sua exposição. O Secretário saúda o Presidente, os Deputados presentes, o Senhor Nilson representando a Coordenadoria de Orçamento e demais presentes na reunião. Agradece o convite para este detalhamento do orçamento, com a finalidade de que os Deputados possam fazer sua análise, observação em relação à peça orçamentária enviada a esta Casa pelo Executivo. O Senhor Enoque Rosas inicia sua exposição falando do cenário econômico do país e que no caso da evolução da situação orçamentária do Estado, esta apresenta dificuldades há algum tempo, principalmente no que diz respeito à capacidade de investimentos que possam estar disponíveis; que no decorrer dos anos os investimentos vem sendo realizado através de recursos provenientes de operações de créditos ou de recursos de repasses de convênios do Governo Federal. Sem investimento a economia não pode evoluir e é preciso investir, para que a sociedade possa ter condições e oportunidade de dinamizar a economia. Reforça que esta é a dificuldade que encontra com relação a peça orçamentária: a dificuldade de investimentos. Com relação as demais despesa, a de pessoal é preocupante, pois há limitadores legais a se cumprir, previstos na lei de Responsabilidade Fiscal e estes limites estão co - relacionados à receita Corrente líquida e que se não conseguir expandir a receita, não se consegue cumprir o que estabelece os limites. Disse que todos os Poderes passam por esta dificuldade. É uma preocupação para 2017, já que se tem progressões de servidores na área da segurança, progressões dos professores, PCCR's que foram aprovados, existem de parcelas que precisam ser incorporadas ao salário, bem como a existência de demandas de outras categorias. Esclarece que em 2016 foram realizadas algumas medidas para controlar o gasto com pessoal, como o não reajuste dos servidores, pois não havia receita para isso e a reavaliação quanto a penosidade de servidores, acompanhando o Parecer da Procuradoria Geral do Estado. O Secretário fala de uma discussão dentro do Governo de se fazer uma reforma de gestão pelo Poder Executivo, mas que há dificuldade em implementá-la. A reforma seria a reincorporação de secretarias, de unidades da administração indireta e revisão do número de comissionados. Quanto ao Custeio, há dificuldade



na manutenção das Unidades, como nas secretarias, naquilo que é o básico. O Secretário diz que em relação as exigências que afetam o custeio tem priorizado o que é essencial para o funcionamento, como combustível ligado ao setor prisional, alimentação da educação e da saúde. Disse que a educação tem repasses de receitas da união, mas que não são significativos para pagar todo o custo da alimentação escolar, bem como o transporte escolar e que o Executivo tem que complementar. O Secretário aborda o Cenário para o ano de 2017, apresentando a fraca recuperação da economia; FPE arrecadado de 2016 muito abaixo do estimado, impactando nas estimativas para 2017; Planejamento cirúrgico para minimizar remanejamentos; Priorizar despesas essenciais; Racionalização dos recursos; Melhorar arrecadação do Tesouro; Melhorar arrecadação da Administração Indireta, pois tem fonte de arrecadação que podem ser potencializadas para diminuir a dependência do Tesouro: DETRAN, ITERAIMA, ADEER, Fundação do Meio Ambiente e Sociedades de Economia Mista. A CERR e COSEAIMA tem demandado esforço do Executivo para cumprir sua demanda. Quanto aos tetos orçamentários, deve-se priorizar pessoal com base em 2016 e mais os planos já aprovados e o extra inicial que envolve custeio e investimento, Usou-se a base de 2016 para despesa das Unidades. Por determinação Governamental deve-se priorizar pessoal; despesas obrigatórias( pessoal, dívida, precatórios, transferências constitucionais, pasesp); despesas essenciais (água, luz, telefone, internet, contratos de prestação de serviços - limpeza/vigilância e outros); despesas discricionárias - despesas de nível estratégico de governo (avaliação do mérito e da oportunidade) que foram definidas junto à Governadora de acordo com as prioridades governamentais. Quanto as obras em andamento, tem-se priorizado as obras de infraestrutura, oriundas de convênios federais. A Deputada Lenir questiona o Secretário quanto ao repasse do FUNDEB e quanto o orçamento da saúde com deficit. Que a saúde deve ter um olhar diferenciado e prioridade também à educação, segurança e saúde. O presidente fala do Fundo de Participação dos Estados -FPE, que se estima com deficit para 2017, Deputado Chagas, ainda questiona a respeito de que os Recursos ordinários são compostos. O Senhor Secretário diz que, por receitas do ICMS, IPVA, ou seja, dos recursos próprios. Quanto aos Convênios, Deputado Flamarion Portela esclarece que quando chegou na Secretaria de Infraestrutura, havia junto ao DENIT, um projeto de asfaltamento, padrão C, da BR 174-Sul, em parte já aprovado no DENIT com alocação Parcial de Recurso. Deputado Flamarion diz que o Senhor Deputado Federal Luciano Castro assumiu a Secretaria Nacional de Gestão de Transporte do Ministério do Transporte e esta empenhado neste projeto. O DENIT contratou de Pacaraima à Serra Pintada com asfaltamento, padrão C e duplicação de pista na Serra de Pacaraima. O Estado sub-rogaria de Boa Vista até Pedra Pintada com duplicação da ponte sobre o rio Cauamé extensiva até o Shopping e de lá, continuaria com pista padrão tipo C. Se este projeto for consolidado, o Estado irá conveniar, pois estaria entrando com contrapartida de 3% e o DENIT entraria com 97%. Deputado Flamarion diz que esta obra subiu muito de projeção. Já a 432 é de responsabilidade do DENIT. De Pacaraima para Pedra Pintada será o DENIT e o Estado sub-rogaria com o DENIT, iria até Pedra Pintada. A 410 será duplicada da Ponte do Macuxi até Santa Cecília e de lá terá pavimento padrão C até Bonfim. Existe expectativa de o Estado sub-rogar, também, o Projeto de Normandia. O Senhor Secretário faz referência a Recursos na Secretaria de Saúde provenientes de Emenda Parlamentares para compra de equipamentos para equipar o anexo do Hospital Geral. A Deputada Aurelina fala do PIB negativo, que o orçamento de 2017 foi corrigido pelo IPCA e com expectativa do crescimento do PIB de 1%, questionamento confirmado pelo Secretário. Que o orçamento veio com expectativa de crescimento do Estado em função de cobrança de dívidas e isso a preocupa, pois se tem uma economia em queda e não se tem geração de economia alta e que, portanto, se tenha um orçamento fictício. Fala da necessidade de se captar recursos para o Estado, fora do Fundo de Participação dos Estados – FPE e da Receita Ordinária do Estado. A Deputada Lenir Rodrigues fala que a Mensagem Governamental traz diversas categorias de servidores públicos que oneraram gastos com pessoal e que a atenção tem que ser com os servidores efetivos, pois fizeram concurso e o Estado tem que arcar e que se deve enxugar a máquina dos cargos comissionados. Questiona a função da CODESAIMA e descreve a existência de 14 Secretarias, 27 outros órgãos, Fundações, Institutos, departamentos, empresas são 27 e 18 fundos. A Deputada diz que o servidor público não pode pagar essa conta. A máquina administrativa tem que ser enxuta para que os setores possam funcionar e os servidores terem seus direitos garantidos. Que deve-se ter um olhar diferenciado para a saúde, enxugar os setores inoperantes e dá prioridade a Saúde, Educação, Segurança e

Cultura. E hora de contemplar a Saúde que apesar das dificuldades existentes, a atual gestão não fez emergencial. Deputada Aurelina fala da importância dos Deputados analisarem o Orçamento, com a finalidade de se fazer um orçamento perto da realidade. Fala da importância de se olhar o Estado como um todo e não individualizado e agradece pelo tempo oportuno, de se fazer o debate em torno do Orçamento Público. O Presidente da Comissão agradece a presença de todos que se fizeram presente e contribuíram com a reunião e a encerra às dezessete horas e trinta minutos.

Deputado Coronel Chagas  
 Presidente da Comissão

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**  
**TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.**

REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM  
 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às onze horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira Tributação e Controle, sob a Presidência do Senhor Deputado, Marcelo Cabral, Vice- Presidente da Comissão. Presentes os Senhores Deputados Aurelina Medeiros, Izaías Maia, Soldado Sampaio e Zé Galeto. Ausente os Senhores Deputados Coronel Chagas e Jânio Xingu. **Abertura:** Havendo “*quórum*” regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado Marcelo Cabral, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A *Senhora Deputada Aurelina Medeiros* requereu a dispensa da leitura da mesma, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido à distribuição de cópias com antecedência a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovado na Comissão. **EXPEDIENTE:** O Presidente em exercício, Deputado Marcelo Cabral, comunica que esta reunião tem a finalidade de discutir sobre a participação do Conselho Regional de medicina – CRM/RR na reunião da Comissão Mista de Orçamento, que será realizada no dia cinco de dezembro do corrente, ocasião para a qual foram convidados o Secretário de Estado de Saúde, Dr. César Ferreira Penna de Faria e o Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, Senhor Alexandre Alberto Henklain Fonseca, para discutir o orçamento destinado à pasta da Saúde. Após discussão, a Comissão decidiu pela participação do Conselho Regional de Medicina na referida reunião. Em seguida, o Presidente em exercício comunica que a Comissão recebeu ofício nº 001/2016 do Conselho Estadual de Saúde de Roraima, encaminhado através da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde e através do qual o conselho solicita a inclusão de representante da Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação da Gestão – CPAAG na discussão do orçamento do Estado. Após discussão à respeito da solicitação do Conselho, a Comissão decide por rejeitá-lo. Continuando, a Senhora Deputada Aurelina Medeiros, em questão de ordem, após ouvir a Comissão, sugeriu pela participação, também, da Corregedoria do Estado, sendo acatada pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** Às onze horas e trinta e oito minutos, o Senhor Presidente em exercício encerrou a reunião, e para constar, eu, Débora Navarro de Sousa, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e encaminhada à publicação.

Dep. Marcelo Cabral  
 Vice- Presidente

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**  
**TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.**

REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM  
 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta e dois minutos, na Sala de Reuniões desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira Tributação e Controle, sob a Presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas. Presentes os Senhores Deputados Marcelo Cabral, Aurelina Medeiros, Izaías Maia, Soldado Sampaio e Zé Galeto. Ausente o Senhor Deputado Jânio Xingu. **Abertura:** Havendo “*quórum*” regimental, o Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. O *Senhor Deputado Marcelo Cabral* requereu a dispensa da leitura da mesma, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido à distribuição de cópias com antecedência a todos os Membros da

Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovado na Comissão. **EXPEDIENTE:** O Presidente da Comissão, Deputado Coronel Chagas, comunica que esta reunião tem a finalidade de analisar o requerimento nº 001/2016 de 10 de novembro de 2016 de autoria do Deputado Jânio Xingu, através do qual requer desta Comissão que seja criada uma subcomissão de orçamento para criar lideranças sindicais e auferir subsídios para o projeto de lei orçamentária, o qual está tramitando nesta Casa Legislativa. A matéria foi colocada em discussão, em votação e rejeitada pela maioria dos Membros presentes na reunião da Comissão. Em seguida o Deputado Soldado Sampaio fala à Comissão, que tomou conhecimento através da Senhora Emilly Matos, Diretora de Planejamento e Orçamento da Casa, de que houve uma redução de cinquenta por cento na despesa de pessoal e aumento de cem por cento na folha da Cooperativa e propõe que a Comissão convide o Secretário de Saúde para prestar informações, esclarecimentos sobre a mudança brusca no orçamento da Saúde. Após ampla discussão, a Comissão deliberou reunir a Comissão Mista de orçamento com a finalidade de receber o Secretário de Estado de Saúde, Dr. Cesár Ferreira Penna de Faria e o Secretário de Estado de Desenvolvimento e Planejamento, Senhor Alexandre Alberto Henklain Fonseca, no dia cinco de dezembro, próxima segunda-feira, às quinze horas e trinta minutos para que os estes venham esclarecer à Comissão, a redução do orçamento na Pasta da Saúde. A Comissão, ainda, após discussão quanto às Emendas parlamentares, decidiu prorrogar o prazo de entrega das Emendas à Comissão para o dia sete de dezembro do corrente. **Encerramento:** Às nove horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Débora Navarro de Sousa, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Dep. Coronel Chagas  
 Presidente

#### COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.

##### ATA

#### REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às dezessete horas e dez minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão Mista de Orçamento Fiscalização Financeira Tributação e Controle, sob a Presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas. Presentes os Senhores Deputados Aurelina Medeiros, Evangelista Siqueira, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Lenir Rodrigues, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Odilon Filho e Zé Galeto. Ausentes os Senhores Deputados Brito Bezerra, Chico Mozart, Flamarion Portela, George Melo, Izaías maia, Jorge Everton, Marcelo Cabral, Soldado Sampaio e Valdenir Ferreira. **Abertura:** Havendo “quórum” regimental, o Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Zé Galeto requereu a dispensa da leitura da mesma, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido à distribuição de cópias com antecedência a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovado na Comissão. **EXPEDIENTE:** O Presidente da Comissão fala que esta reunião foi deliberada na reunião da Comissão de Orçamento, com a finalidade de que os Senhores prefeitos eleitos fossem convidados para que, no âmbito Da Comissão de Orçamento, tomem conhecimento da Proposta Orçamentária existe, encaminhada pelo Poder Executivo a esta Casa e após tomarem conhecimento da Proposição, querendo, verificarem suas necessidades juntamente com sua equipe e procurarem os Deputados aliados e apresentarem suas necessidades e que puder ser acolhido pelos Deputados, poderão ser transformados em Emendas Parlamentar ou até em Emenda de Comissão. O presidente agradece a Presença dos Prefeitos Eleitos: Senhor Pedro Henrique Wanderley Machado, Prefeito de alto Alegre, Senhor Joner Chagas, Prefeito de Bonfim, Senhor Carlos José da Silva, Prefeito de Cantá, Senhor Argilson Raimundo Pereira Martins, Prefeito de Caroebe, Senhor Vicente Adolfo Brasil, Prefeito de Normandia, Senhor Juliano Torquato dos Santos, Prefeito de Pacaraima, Senhor Leandro Pereira da Silva, Prefeito de Rorainópolis e Senhor Manuel da Silva Araújo, Prefeito do Uiramutã. Em seguida o presidente anuncia que a Senhora Emilly Nascimento, ex-Secretaria de Planejamento do Estado e que integra a equipe técnica desta Casa, fará uma exposição da Proposta Orçamentária e em seguida, os Senhores Prefeitos terão

oportunidades de tirar suas dúvidas e fazer questionamentos, assim também, será dada oportunidade aos Senhores Deputados. O Senhor Presidente registra a presença dos Deputados Masamy Eda e Odilon Filho e os convida para compor a Mesa. O Presidente convida a Doutora Emilly Matos para fazer sua Exposição. A Senhora Emilly se apresenta como Diretora de Planejamento e Orçamento da Casa e diz que fará uma exposição da Lei Orçamentária enviada a esta Casa.

Começa sua exposição falando dos três Instrumentos de Planejamento Plano Pluri Anual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Lei Orçamentária anual - LOA, enfatizando que a LOA será objeto desta Reunião. Em seguida o Presidente, Deputado Coronel Chagas, descreve os Instrumentos de Planejamento - PPA, LDO e LOA, no âmbito do Executivo Federal, Estadual e Municipal. A Senhora Emilly fala aos Prefeitos eleitos, que ao assumirem a gestão municipal irão encontrar os instrumentos de Planejamento: PPA, LDO e LOA, já aprovados na gestão anterior e que poderão adequá-los de acordo com as necessidades da gestão dos Municípios, através de instrumentos previstos na Constituição. Continuando, a Senhora Emilly aborda sobre O ciclo Orçamentário. O Presidente pede Licença a senhora Emilly e registra a presença do Prefeito de Iracema Senhor Jairo André Ribeiro Sousa e a presença, da Deputada Lenir Rodrigues, Membro desta Comissão. A Senhora Emilly continua expondo sobre o Ciclo Orçamentário que inicia com o PPA de autoria do Executivo. Com base no Plano Pluri Anual - PPA define a Lei de diretrizes Orçamentárias - LDO e de acordo com o PPA e LDO elabora a Lei Orçamentária Anual -LOA. Fala, ainda, a respeito da Distribuição das despesas por Poder e Órgãos. Finaliza sua exposição falando sobre os Limites das Emendas Impositivas na Lei Orçamentária para 2017, que é mandamento constitucional previsto na Emenda constitucional nº 041 de 17 de dezembro de 2014 que define a questão das Emendas Individuais que podem ser apresentadas na peça orçamentária e que prevê 2% da receita corrente líquida pode ser objeto de emenda parlamentar individual, que ficou no valor de dois milhões, quinhentos e setenta e três mil, trinta e sete reais e vinte e nove centavos para cada Deputado. Em seguida, o Senhor Presidente registra a presença do Deputado Mecias de Jesus, Membro desta Comissão. Prosseguindo, o Presidente fala sobre as Emendas Impositivas e lembra que a Emenda Parlamentar nº 41 de 2014 prevê 2% da Receita Líquida para cada Deputado poder apresentar dois milhões e quinhentos e setenta e sete reais de Emenda. No entanto, a Comissão considerando o número exato de dois milhões e quinhentos mil para cada Deputado. Cada Deputado Estadual consultando suas bases e as demandas que chegam até ele através de sua base e equipe técnica, procura contemplá-las através das Emendas Parlamentares. A Emenda Impositiva só pode ser obrigatória se contemplar alguns pré requisitos: quando destinada à educação, à saúde, à infraestrutura produtiva. Cinquenta por cento do valor das emendas parlamentares individuais devem contemplar o desenvolvimento do setor produtivo, especialmente o primário e vedada sua destinação para pagamento de pessoal e de seus encargos. Tais Emendas podem ser apresentadas pelos Deputados até o dia dez de novembro e se houver necessidade e entendimento da Comissão, poderá ser prorrogado o prazo. Em seguida são encaminhadas ao Relator, Deputado Marcelo Cabral, que juntamente com a equipe técnica irá analisar a legalidade de cada emenda e acolhê-las ou rejeitá-las em seu relatório, que será encaminhado à Comissão Mista, composta por 19 Deputados para ser votada. Segue para o Plenário e sendo aprovada, irá para sanção do Poder Executivo, que deve ser executada. O Presidente passa a palavra ao Senhor Prefeito eleito de Normandia, Vicente Adolfo Brasil, que pergunta qual o prazo para que os prefeitos eleitos possam encaminhar aos Deputados as demandas de seus municípios. O Deputado Chagas afirma que os Deputados tem até o dia 10 de novembro para protocolar as emendas na Comissão e coloca a equipe técnica da Casa para auxiliar os Prefeitos eleitos. Em seguida o Deputado Joaquim Ruiz ratifica as palavras do Senhor Presidente e acrescenta o possibilidade da Casa em auxiliar os prefeitos eleitos através de sua equipe técnica, também, no que diz respeito ao orçamento do Estado e da União. O presidente, Deputado Chagas, fala que a maioria dos ex-prefeitos e ex-presidentes de Câmaras enfrentam dificuldades no julgamento de suas contas por parte do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas da União, exatamente por não se ter uma equipe técnica que os auxiliem. Que a Assembleia Legislativa se dispõe a auxiliar os prefeitos eleitos através de sua equipe técnica no que tange a captação de recursos, na execução e prestação de contas. Foi questionado pelos prefeitos eleitos, se há possibilidade de existir uma modalidade através da qual se pode alocar Emendas aos municípios. O Presidente, Deputado Coronel Chagas, diz que existe através da Modalidade nº 40 prevista

no orçamento, através de convênio entre o Estado e o Município, que é algo novo no Estado, que alguns municípios receberam emendas ano passado, entretanto não se viu a execução destas. Outro questionamento dos prefeitos foi quanto a destinação de emenda como contrapartida às Emendas da União. Deputado Joaquim Ruiz diz que esta viabilizando com o Governo e Planejamento quanto a contrapartida e propõe que o presidente da Comissão de Orçamento faça uma reunião com o atual líder do Governo no congresso Nacional, Senador Romero Jucá, sobre os problemas do percentual da contrapartida para os municípios que estão na linha de pobreza e faixa de fronteira; discutir com o Estado e Planejamento a possibilidade de se alocar algum tipo de recurso no orçamento do Estado como contrapartida das prefeituras nos convênios. A Deputada Aurelina fala aos prefeitos, que ao assumirem, encontrarão um orçamento pronto e aprovado. Faz algumas considerações: que se tem um orçamento de três bilhões e meio, que destes, um bilhão e seiscentos é para recursos para pagamento com pessoal, um bilhão e trezentos são para despesas correntes, transferências aos municípios, precatórios, crédito social e cento e noventa e cinco milhões para investimento no Estado. Que entende que a situação dos municípios é difícil quanto a complexidade dos recursos. Que se preocupa em se fazer um orçamento real, pois geralmente se aprova crédito social para quatro meses e depois aprova-se abertura de crédito por excesso de arrecadação. Se tem dois milhões e meio de emenda, mas que não atende a demanda dos municípios. Orienta os prefeitos quanto a elaboração de projetos objetivando a busca de recursos fora do Estado. (Inaudível) Deputado Coronel Chagas fala que entrou em contato com Senador Romero Jucá e este se colocou a disposição para reunir no dia 11 do mês de novembro para reunir-se com os prefeitos para discutirem quanto ao problema do INSS e da contrapartida dos municípios aos recursos federais a fim de que os municípios consigam executar as Emendas. O Deputado Jânio Xingu fala da importância do Estado cumprir as Emendas Impositivas, pois este tem prática de não cumpri-las. Diz que tomou conhecimento em reunião da comissão de Orçamento no Senado, de que Deputados Federais estão transferindo verbas da União para o município de Boa Vista, pois o Estado não tem condições técnicas de administrar os recursos e os perde. O Prefeito eleito de Rorainópolis, Senhor Leandro da Silva solicita Emenda dos Deputados para construção do Instituto Médico Legal – IML da cidade. O Presidente, Deputado Chagas, ratifica o pedido do Senhor Leandro, lembrando que houve uma alteração no PPA, de autoria do Deputado Jaiser Renier para a construção do IML em Rorainópolis. O Deputado, Odilon filho, demonstra preocupação quanto a questão técnica para auxiliar os prefeitos e quanto a a dificuldade que os municípios encontram para executarem as Emendas. **Encerramento:** Às dez e quinze minutos, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Débora Navarro de Sousa, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado Coronel Chagas  
 Presidente da Comissão

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA  
 TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.**

REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM  
 25 DE OUTUBRO DE 2016.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às quinze horas e dez minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se reuniram-se, extraordinariamente, a Comissão de Orçamento Fiscalização Financeira Tributação e Controle, sob a Presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas. Presentes os Senhores Deputados Marcelo Cabral, Aurelina Medeiros e Zé Galeto. Ausentes os Senhores Deputados Izaías Maia, Jânio Xingu e Soldado Sampaio. **ABERTURA:** Havendo “quórum” regimental, o Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Marcelo Cabral requereu a dispensa da leitura da mesma, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido à distribuição de cópias com antecedência a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovado na Comissão. **EXPEDIENTE:** O Presidente da Comissão comunica aos Senhores Deputados, que deu entrada os seguintes documentos para conhecimentos desta Comissão: cópia do acórdão nº 1163/2016 – TCU por meio do qual o Tribunal apreciou o processo

de relatório de auditoria, tc 033.057/2014-1, que trata de FOC – auditoria operacional do ecoturismo na região norte, bem como cópia do relatório e do voto que o fundamentaram; Comunicados oriundos do Ministério da Educação referentes as liberações de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento; Relatório de atividades do 2º trimestre de 2016 do Tribunal de Contas do Estado -TCERR; Ofício circular nº 006/2016 da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento encaminhando demonstrativo com a projeção da receita corrente para 2017; Ofícios nº 148,164 e 209/2016 da Superintendência da Caixa - Superintendência Regional de Roraima, que tratam do crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União; Ofícios nº190,191,192,193/2016, que tratam dos contratos de repasses celebrados entre o Fundo Estadual de Saúde do Estado de Roraima e a Caixa Econômica Federal. O presidente colocou os documentos em epígrafe à disposição dos Senhores membros. A Deputada Aurelina solicita os documentos para analisá-los. **PAUTA:** O Senhor Presidente Deputado Coronel Chagas deu conhecimento à Comissão de que designou Relator da LOA, o Deputado Marcelo Cabral, que abriu prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 117/16, de autoria Governamental que “Estima receita e fixa despesa do Estado para o exercício financeiro de 2017”, até o dia 19 de outubro e que prorrogou o prazo do dia 20 até o dia 29 de outubro para que os Deputados possam apresentar sua Emendas. Após discussão, a Comissão deliberou o valor da emenda parlamentar para dois milhões e quinhentos. Em seguida o Senhor

Presidente fala da importância de se estabelecer um cronograma de votação. Após discussão a respeito do prazo de apresentação de Emendas, a Deputada Aurelina Medeiros propõe que se prorrogue o prazo até o dia dez de novembro, prazo este deliberado pela Comissão. O presidente propõe que a Comissão abra oportunidade aos prefeitos eleitos para que estes possam apresentar as necessidades de seus municípios aos Deputados para o exercício de 2017. A Deputada Aurelina Medeiros propõe que se chame a Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN, para que venha detalhar aos Parlamentares, a lei Orçamentária Anual encaminhada a esta Casa, bem como que se convide os Sindicatos e os Poderes para discutirem o orçamento para 2017. Dessa forma, a Comissão deliberou a reunião com os prefeitos eleitos para o dia trinta e um de outubro do corrente ano, às 17 horas e com o Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento SEPLAN, para o dia primeiro de novembro do corrente ano, às 15 horas, no Plenário Valério Magalhães - Plenarinho. A Deputada Aurelina solicita ao Senhor Leocádio Vasconcelos, Diretor Financeiro desta Casa, bem como a Senhora Emilly Nascimento, Diretora de Planejamento e Orçamento para que auxiliem os Deputados quanto ao Orçamento Federal, esclarecendo, de acordo com as medidas do Governo Federal, o que realmente cabe aos Deputados Estaduais, dentro da realidade do orçamento para 2017. O Presidente, Deputado Coronel Chagas, fala da importância de se ter uma Lei orçamentária possível de se executar e que é momento de cortar despesas. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, declarou encerrada a reunião às dezesseis horas. E, para constar, eu, Débora Navarro de Sousa, secretária desta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Dep. Coronel Chagas  
 Presidente da Comissão

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA  
 TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.**

REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM  
 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, nesta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente a Comissão de Orçamento Fiscalização Financeira Tributação e Controle, sob a Presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas. Presentes os Senhores Deputados, Marcelo Cabral, Izaías Maia, Soldado Sampaio e Zé Galeto. Ausentes os Senhores Deputados Aurelina Medeiros e Jânio Xingu. **Abertura:** Havendo “quórum” regimental, o Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Marcelo Cabral requereu a dispensa da leitura da mesma, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido à distribuição de cópias com antecedência a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovado na Comissão. **Expediente.** Não há. **Ordem do dia:** Projeto de Lei nº 08/16, de autoria Governamental, que “Autoriza o Poder Executivo



a doar à Universidade Estadual de Roraima – UERR, os imóveis que específica ( regime de urgência), de autoria do Poder Executivo”. Relator Deputado Izaías Maia, Parecer favorável. Colocado em discussão, em votação, aprovado pelos membros presentes na Comissão. **Projeto de Lei nº 37/16**, de autoria do deputado Jânio Xingu “ Dispõe sobre o fornecimento de leite sem lactose para crianças de baixa renda do Estado de Roraima”. Relator Deputado Marcelo Cabral, Parecer favorável. Colocado em discussão, em votação, aprovado pelos membros presentes na Comissão. **Encerramento:** Às dez horas e vinte e quatro minutos o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Débora Navarro de Sousa, secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Dep. Coronel Chagas**  
Presidente

**COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO  
FINANCEIRA TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.**

REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM  
28 DE JUNHO DE 2016.

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, nesta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente a Comissão de Orçamento Fiscalização Financeira Tributação e Controle, sob a Presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas. Presentes os Senhores Deputados Aurelina Medeiros, Angela Águida Portela, Brito Bezerra, Chico Mozart, Chicão da Silveira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jânio Xingu, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Odilon Filho e Zé Galetto. Ausentes os Senhores Deputados Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Jorge Everton, Mecias de Jesus, Soldado Sampaio e Valdenir Ferreira. Conforme preceitua o § 1º do Artigo 260 do Regimento Interno deste Poder. **Abertura:** Havendo “quórum” regimental, o Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Gabriel Picanço requereu a dispensa da leitura da mesma, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido à distribuição de cópias com antecedência a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovado na Comissão. **Expediente.** Não há. **Ordem do dia:** Projeto de Lei nº 039/16, de autoria Governamental, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, e dá outras providências”. Relator Deputado Jânio Xingu, parecer favorável com três Emendas, colocado em discussão, em votação, aprovado pelos Membros presentes na Comissão. **Encerramento:** Às dez horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Edelizeia Silva de Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Dep. Coronel Chagas**  
Presidente

**SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

**SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - RESOLUÇÕES**

**ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 029/2017**

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

Retificar a Resolução nº 029/2017 publicada no diário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, edição nº 2455, no dia 11 de fevereiro de 2017.

Onde lê-se: saindo no dia 02.02.2017 e retornando no dia 05.02.2017, acompanhando o Deputado Gabriel Figueira Pessoa Picanço, a serviço desta Casa Legislativa

Leia-se: saindo no dia 15.02.2017 e retornando no dia 19.02.2017, a serviço desta Casa Legislativa

Palácio Antônio Martins, 06 de fevereiro de 2017.

**ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO**  
Superintendente Geral

**RESOLUÇÃO Nº 055/2017**

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

**RESOLVE**

**Art.1º Autorizar** o afastamento do servidor **JOSÉ EDUARDO LOPES DE SOUZA**, matrícula nº 18961, para viajar com destino

a Manaus – AM, saindo às 13h30min do dia 08.02 e retornando no dia 11.02.2017, com a finalidade de realizar um treinamento operacional, a serviço desta Casa Legislativa.

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 06 de fevereiro de 2017.

**ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO**  
Superintendente Geral

**RESOLUÇÃO Nº 056/2017**

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

**RESOLVE**

**Art.1º Autorizar** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS**, para viajar com destino a Brasília-DF, no período de 12 a 15.02.2017, para tratar de assuntos parlamentares, a serviço desta Casa Legislativa.

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 06 de fevereiro de 2017.

**ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO**  
Superintendente Geral

**RESOLUÇÃO Nº 057/2017**

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

**RESOLVE**

**Art.1º Designar** os servidores abaixo para exercer a função de fiscal do contrato firmado entre este poder e a empresa contratada, conforme o Art. 67 da Lei 8666/93.

Nº do Processo	Contratado	Vigência	Objeto	CPF/ CNPJ	Fiscal de Contrato
102/2016	DOC SECURITY-LTDA	01/02/2017 a 31/01/2017	Contratação de Empresa para prestação de serviços especializados em desenvolvimento de instrumentos arquivísticos, tratamento, descarte, digitalização do acervo documental, disponibilidade de área física que possa garantir guarda segura dos documentos tratados e implantação do Sistema de Informatização de Gestão Arquivística de Documentos.	21.137.729/0001-84	FISCAIS: - Márcia Brito Wanderley Matrícula: 16794 - Thiago de Souza Padilha Matrícula: 18096

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO**  
Superintendente Geral

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE/RR**

**PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 003/2017**

**AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO Nº 0105/ALE/2016**

**TIPO:** Menor Preço

**NATUREZA:** Pregão Presencial nº 003/2017

**OBJETO:** Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículo de pequeno, médio e grande porte, por demanda mensal, diária e quilometro rodado, incluindo a manutenção e seguro, para atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR.

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima por meio da Comissão Permanente de Licitação torna público para o conhecimento dos interessados, que a sessão pública para realização do procedimento licitatório em epígrafe, fica adiada **sine-die** em razão da necessidade correção no edital.

Boa Vista-RR, 07 de fevereiro de 2017

**Charles de Oliveira Parente**  
Pregoeiro/CPL/ALE

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**
**RESOLUÇÕES**
**RESOLUÇÃO Nº 1043/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **TICYANNA DEMETRIO PIRES**, matrícula 17437, CPF: 898.440.922-72, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1044/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear** **TICYANNA DEMETRIO PIRES**, matrícula 17437, CPF: 898.440.922-72, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1045/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **ROBSON MUNIZ RODRIGUES**, matrícula 16322, CPF: 594.643.302-44, do Cargo Comissionado em Gabinete de Chefe de Gabinete FS-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1046/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear** servidor **ROBSON MUNIZ RODRIGUES**, matrícula 16322, CPF: 594.643.302-44, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Chefe de Gabinete FS-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1047/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **RAFAEL TULIO FORTES**, matrícula 19067, CPF: 639.551.489-04, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1048/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear** servidor **RAFAEL TULIO FORTES**, matrícula 19067, CPF: 639.551.489-04, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1049/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **MOISES MARTINS CORREA**, matrícula 16323, CPF: 164.160.072-15, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1050/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear** **MOISES MARTINS CORREA**, matrícula 16323, CPF: 164.160.072-15, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1051/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **MILAYDY DE SOUZA CORTES**, matrícula 17665, CPF: 771.993.242-00, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-11, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1052/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear** **MILAYDY DE SOUZA CORTES**, matrícula 17665, CPF: 771.993.242-00, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1053/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **WALDECY POMPILIO MARTINS**, matrícula 18790, CPF: 249.690.602-15, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1054/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear** **WALDECY POMPILIO MARTINS**, matrícula 18790, CPF: 249.690.602-15, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1055/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **CLAUDIANA ALVES DE OLIVEIRA**, matrícula: 16823, CPF: 669.613.272-49, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1056/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear** **CLAUDIANA ALVES DE OLIVEIRA**, matrícula: 16823, CPF: 669.613.272-49, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1057/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **CRISTIANE DA SILVA**, matrícula: 8985, CPF: 926.372.562-49, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1058/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear** **CRISTIANE DA SILVA**, matrícula: 8985, CPF: 926.372.562-49, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**



**RESOLUÇÃO Nº 1059/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **ERIKA COSTA GAIA**, **matrícula: 12359**, **CPF: 831.029.812-91**, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1060/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear** **ERIKA COSTA GAIA**, **matrícula: 12359**, **CPF: 831.029.812-91**, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-6, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1061/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **DARKSON CORREA MOTA**, **matrícula: 18992**, **CPF: 594.174.472-20**, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1062/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear** **DARKSON CORREA MOTA**, **matrícula: 18992**, **CPF: 594.174.472-20**, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1063/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **DOUGLAS FRANÇA LIMA**, **matrícula: 13003**, **CPF: 344.907.012-68**, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1064/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear** **DOUGLAS FRANÇA LIMA**, **matrícula: 13003**, **CPF: 344.907.012-68**, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1065/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **GHARDENIA CAVALCANTE COSTA**, **matrícula: 14501**, **CPF: 943.367.682-34**, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1066/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear** **GHARDENIA CAVALCANTE COSTA**, **matrícula: 14501**, **CPF: 943.367.682-34**, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1067/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **GISELE PINOTTI**, matrícula: 17422, CPF: 847.086.462-91, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1068/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear GISELE PINOTTI**, matrícula: 17422, CPF: 847.086.462-91, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1069/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **JAMERSON SOUZA DOS REIS**, matrícula: 17611, CPF: 446.430982-87, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1070/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear JAMERSON SOUZA DOS REIS**, matrícula: 17611, CPF: 446.430.982-87, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1071/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **JUDITH SILVA MARQUES**, matrícula: 18752, CPF: 149.932.102-30, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1072/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear JUDITH DA SILVA MARQUES**, matrícula: 18752, CPF: 149.932.102-30, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1073/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **KATIA CRISTINA CRUZ E SILVA**, matrícula: 16882, CPF: 508.369.512-04, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1074/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear KATIA CRISTINA CRUZ E SILVA**, matrícula: 16882, CPF: 508.369.512-04, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1075/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **KLEBER PEREIRA DA SILVA**, matrícula: 8253, CPF: 651.664.772-00, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1076/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear** **KLEBER PEREIRA DA SILVA**, matrícula: 8253, CPF: 651.664.772-00, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1077/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **LAZARO SANTOS**, matrícula: 16819, CPF: 387.267.697-00, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1078/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear** **LAZARO SANTOS**, matrícula: 16819, CPF: 387.267.697-00, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1079/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar** **EDER THIAGO FERNANDES DE SOUZA**, matrícula 15791, CPF: 789.092.362.72, do Cargo Comissionado de Membro de CPL CL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1080/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar** **JAQUELINIO SILVEIRA FEITOSA**, matrícula 14586, CPF: 000.413.162-23, do Cargo Comissionado de Membro de CPL CL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1081/2017-DGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º NOMEAR** **RAONE GUIMARAES BARROS**, matrícula 14605, CPF: 658.237.882-15, para exercer o cargo comissionado de Membro de CPL – CL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 1082/2017-DGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º NOMEAR** **ATYLES PAIVA LOURA**, matrícula 15794, CPF: 972.302.433-00, para exercer o cargo comissionado de Membro de CPL – CL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812



**RESOLUÇÃO Nº 1083/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear JEFFERSON WAGNER DIAS CIDADE**, matrícula 13654, CPF: 011.583.282-30, para exercer o cargo comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo I CAA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1084/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora ANA PATRICIA TAVARES SANTOS, matrícula 16639, CPF: 696.624.952-15, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de janeiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1085/2017-SGP**

**A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear**, ANA PATRICIA TAVARES SANTOS, matrícula 16639, CPF: 696.624.952-15, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo Especial CAL-1, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1086/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor DAVI ROQUE FREIRE, matrícula 18613, CPF: 033.995.092-78, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1087/2017-SGP**

**A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear DAVI ROQUE FREIRE**, matrícula 18613, CPF: 033.995.092-78, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo Especial CAL-1, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1088/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor FILIPH DA SILVA GUIMARAES, matrícula 18952, CPF: 023.779.472-01, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1089/2017-SGP**

**A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear FILIPH DA SILVA GUIMARAES**, matrícula 18952, CPF: 023.779.472-01, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo Especial I CAL-1, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1090/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora ILNET MATOS ALVES, matrícula 17955, CPF: 024.949.562-77, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS- 4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1091/2017-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear ILNET MATOS ALVES, matrícula 17955, CPF: 024.949.562-77, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo Especial I CAL-1, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.**

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1092/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar, o servidor MAYCON WENDERSON MONTEIRO VERAS, matrícula 16671, CPF: 930.712.482-53, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.**

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1093/2017-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear MAYCON WENDERSON MONTEIRO VERAS, matrícula 16671, CPF: 930.712.482-53, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo Especial CAL-1, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.**

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1094/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar, a servidora VANESSA PEREIRA DOS SANTOS, matrícula 16686, CPF: 004.035.682-50, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.**

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1095/2017-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear VANESSA PEREIRA DOS SANTOS, matrícula 16686, CPF: 004.035.682-50, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo Especial CAL-1, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.**

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1096/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar, a servidora ALEXSANDRA SOARES CARDOSO, matrícula 18367, CPF: 383.131.702-04, do Cargo Comissionado em Gabinete de Técnico Legislativo FS-6, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.**

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1097/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar, o servidor LUIS HENRIQUE MATOS SALES, matrícula 19034, CPF: 072.004.963-67, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.**

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1098/2017-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar, a servidora MERY CONCEIÇÃO SOUZA MARQUES, matrícula 16673, CPF: 624.018.152-87, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.**

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1099/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **NADIA MARIA CHAVES DE MENDONÇA**, matrícula 16675, CPF: 475.579.902-34, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1100/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **NADIELE BARBOSA OLIVEIRA**, matrícula 19035, CPF: 021.089.812-76, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1101/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **NEUTON ROQUE DE OLIVEIRA**, matrícula 17408, CPF: 988.539.702-78, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº

008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1102/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **RAIMUNDO NONATO PIRES BARROSO**, matrícula 16680, CPF: 344.052.082-04, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**

**RESOLUÇÃO Nº 1103/2017-SGP**

**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **RAINARA LAISSE SANTOS CUNHA**, matrícula 18366, CPF: 606.978.923-79, do Cargo Comissionado em Gabinete de Técnico Legislativo FS-6, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 07 de fevereiro de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

**Matrícula: 17812**



1 ANO NO AR

O PARLAMENTO MAIS PERTO DE VOCÊ.



# O Poder **Legislativo**

trabalhando para **você**



# CAC

**CENTRO DE APOIO ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS**

**De mãos dadas com o legislativo municipal,  
por uma gestão de qualidade**



ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
**DE RORAIMA**

*Independente e mais perto de você*